

**Nº 10 - Reunião Ordinária da
Câmara Municipal de Chaves
Realizada no dia 03 de Maio
de 2010. -----**

Aos três dias do mês de Maio do ano dois mil e dez, nesta cidade de Chaves, no "Salão Nobre" do Edifício dos Paços do Concelho, realizou-se a Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Chaves, sob a Presidência do Presidente da Câmara, Sr. Dr. João Gonçalves Martins Batista, e com as presenças dos Vereadores Sr. Arqt. António Cândido Monteiro Cabeleira, Sra. Dr.^a Maria de Lurdes Rogado Leitão Duarte Almeida Campos, Sr. Dr. José Fernando Carvalho Montanha, Sr. Arq. Carlos Augusto Castanheira Penas, Sr. Dr. Paulo Francisco Teixeira Alves e comigo, Marcelo Caetano Martins Delgado, Director de Departamento de Administração Geral. -----

Pelo Presidente foi declarada aberta a Reunião quando eram quinze horas e dez minutos, iniciando-se a mesma de acordo com a ordem do dia previamente elaborada e datada de vinte e oito de Abril do corrente ano. -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:

I - AUSÊNCIA DO VEREADOR, ENG. NUNO ARTUR ESTEVES FERREIRA RODRIGUES. -----

O Vereador, Eng. Nuno Artur Esteves Ferreira Rodrigues, esteve ausente da presente reunião ordinária do executivo camarário, em virtude de se encontrar no gozo de férias. -----

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, justificar a referida falta. -----

**I
ÓRGÃOS AUTÁRQUICOS:**

1. ACTAS:

1.1. Aprovação da acta da reunião ordinária da Câmara Municipal de Chaves, realizada em 19 de Abril de 2010. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar, depois de lida, a referida acta. -----

2. GABINETE DE APOIO À PRESIDÊNCIA

2.1. CRIAÇÃO DA COMISSÃO MUNICIPAL RESPONSÁVEL PELA REVISÃO DE PROJECTOS NO ÂMBITO DO CÓDIGO DOS CONTRATOS PÚBLICOS. DESPACHO Nº. 8/GAPV/2010. PARA CONHECIMENTO. -----

Foi presente o despacho identificado em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

I - Antecedentes e Justificação -----

1. Sob proposta da Divisão de Empreitadas, datada do pretérito dia 13 de Janeiro de 2010, veio o executivo camarário, em sua reunião ordinária realizada no passado dia 18 de Janeiro último, a aprovar, por unanimidade, a criação de uma comissão municipal funcionalmente responsável pela efectiva revisão do projecto de execução, nos termos e para os efeitos do disposto n.º 2, do Artigo 43.º, do Código dos Contratos Públicos. -----

2. Tal revisão é um elemento indispensável em vista a garantir à necessária qualidade do projecto, sobretudo, quando estamos em presença de obras cuja execução envolve complexidade relevante ou quando sejam utilizados métodos, técnicas ou materiais de construção inovadores, impondo-se, nestes casos, legalmente, que o projecto de execução seja objecto de prévia revisão por pessoa singular ou colectiva devidamente qualificada para a elaboração desse projecto e distinta do autor do mesmo. -----

3. Tal controlo preventivo da qualidade do projecto de execução irá, seguramente, permitir minorar as derrapagens financeiras indissociáveis à execução do contrato de empreitada correspondente, com benefícios óbvios para as partes contratantes, particularmente, para o dono da obra pública. -----

4. Em face da natureza das funções que lhe irão ser cometidas, a composição de tal Comissão deverá responder a uma lógica de interdisciplinaridade, assegurando, muito concretamente, as valências e ou áreas da Arquitectura e da Engenharia, nas suas diversas especialidades. -----

Assim, -----

- Considerando as razões anteriormente invocadas e fundamentadoras da deliberação camarária, oportunamente, tomada, sobre o assunto, a qual veio a determinar, administrativamente, a criação da comissão municipal de revisão de projectos; -----

- Considerando que, nos termos do disposto na alínea b), do n.º 1, do Artigo 68 da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, compete ao Presidente da Câmara executar as deliberações da câmara municipal e coordenar a respectiva actividade; -----

- Considerando que, em sede de execução da deliberação camarária adoptada sobre a matéria, torna-se necessário proceder à efectiva composição da mencionada comissão municipal, elemento indispensável à sua operacionalização; -----

- Considerando, por último, o carácter interdisciplinar que deve ser conferido à composição da aludida comissão, assegurando, a mesma, as áreas da Arquitectura e da Engenharia, áreas essas fundamentais para o cumprimento das tarefas de revisão que lhe são atribuídas. -----

II - Do despacho em sentido estrito -----

Em coerência com as razões de facto e de direito anteriormente enunciadas, e dando execução à deliberação camarária de 18 de Janeiro último, determino, com efeitos imediatos, o seguinte: -----

a) Que a Comissão Municipal de Revisão de Projectos, criada no âmbito do n.º 2, do Artigo 43.º, do Código dos Contratos Públicos, tenha a seguinte composição: -----

Presidente: Eng.º José António Teixeira Fernandes Carneiro - Director de Departamento de Obras Municipais Ambiente e Serviços Urbanos. ---

Vogais efectivos: - Eng^a Amélia Cristina Gonçalves Rodrigues (Chefe de Divisão de Empreitadas). -----
 - Eng^o Artur Lopes Baltazar (Chefe de Divisão de Abastecimento Público). -----
 - Arqt^a Ana Isabel Moraes Gomes Augusto (Técnico Superior). -----
 - Eng^o José Luis Figueiredo Araújo (Técnico Superior). -----

Vogais Suplentes: - Arqt^o Rodrigo Alberto Lopes Moreira (Chefe de Divisão de Ordenamento do Território e Planeamento Urbanístico). ---
 - Eng^o Inácio Santos Moraes (Chefe de Divisão de Recursos Operacionais). -----

b) O Presidente da comissão será substituído, nas suas faltas e ou impedimentos, pelo primeiro vogal efectivo, no caso, a Eng^a Amélia Cristina Gonçalves Rodrigues; -----

c) A comissão deverá elaborar e aprovar, no prazo máximo de 30 dias a contar da presente data, regulamento interno contendo um conjunto de normas sobre o seu funcionamento, documento que deverá ser levado ao conhecimento dos órgãos municipais competentes; -----

d) Por último, dever-se-á dar conhecimento do teor integral do presente despacho a todos os colaboradores municipais ora designados, devendo, simultaneamente, o mesmo ser levado ao conhecimento do órgão executivo, em sede de próxima reunião ordinária do aludido órgão municipal. -----

Chaves, 16 de Abril de 2010. -----

O Presidente da Câmara, -----
 (Dr. João Batista) -----

Em anexo: Cópia da deliberação camarária tomada sobre a matéria. ---

A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

3. FREGUESIAS

II

DIVISÃO ADMINISTRATIVA E DE SERVIÇOS JURÍDICOS:

III

EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E TEMPOS LIVRES:

1. LISTAGEM DOS DESPACHOS PROFERIDOS PELO PRESIDENTE DA CÂMARA, NO USO DE PODERES DELEGADOS. INFORMAÇÃO DA DSC. PARA CONHECIMENTO. ----

Foi presente, para conhecimento, a informação identificada em epígrafe, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, que se anexa à presente acta sob o n.º1. --

A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

2. APOIO ÀS ACTIVIDADES EXTRACURRICULARES DAS ESCOLAS DO CONCELHO DE CHAVES ANO LECTIVO 2009/2010 INFORMAÇÃO N.º119/DED/2010/04/26 -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----
 No sentido do Município dar continuidade ao apoio financeiro para a concretização das actividades extracurriculares dos Estabelecimentos

de Ensino do Concelho de Chaves e para que haja uniformidade na atribuição dos apoios solicitados à Câmara, propõe-se para o ano lectivo 2009/2010, o seguinte: -----

1 Que seja atribuído a cada um dos três Agrupamentos Verticais do Concelho (Dr. Francisco Gonçalves Carneiro, Nadir Afonso e Vidago), o montante de 2.500.00€ (dois mil e quinhentos euros), para as actividades extracurriculares e o montante de 6.00€ (seis euros) por aluno, para as actividades extracurriculares da Educação Pré - Escolar e do 1º Ciclo; -----

2 Que seja atribuído à Escola Profissional de Chaves e a cada uma das Escolas Secundárias (Dr. Júlio Martins, Dr. António Granjo e Fernão de Magalhães), o montante de 1.500.00€; -----

3 Para o efeito, devem os Conselhos Executivos dos respectivos estabelecimentos de ensino apresentar o respectivo Plano Anual de Actividades, bem como o número de alunos que frequentam a Educação Pré - Escolar e o 1º Ciclo. -----

4 O valor previsto com este encargo é de 25.000.00€ (vinte e cinco mil euros) e tem dotação na rubrica económica 04.07.01.01. -----

5 Caso esta proposta mereça concordância favorável, tomo a liberdade de sugerir a seguinte metodologia: -----

a) O seu encaminhamento à próxima reunião de Câmara para deliberação;

b) Posteriormente, dar-se o devido conhecimento aos estabelecimentos de ensino do Concelho, objecto desta proposta. -----

À consideração superior, -----

A Chefe de Divisão de Educação e Desporto -----

Dra. Lúcia Pinto -----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO SOCIO CULTURAL DR. ANTÓNIO RAMOS DE 2010.04.26 -----

Visto. A presente informação cumpre todas as normas e regulamentos em vigor. À consideração do senhor Presidente da Câmara. -----

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA DR. JOÃO BATISTA DE 2010.04.26-----

Visto. Concordo. À reunião de Câmara para deliberação. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. Notifique-se. -----

IV

PEDIDOS DE APOIO / ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS:

V

ACÇÃO SOCIAL:

1. ALIENAÇÃO DO LOTE 13 DO BAIRRO ALTO DA COCANHA INFORMAÇÃO N.º 124 / 10.04.27 -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais.-----

O senhor José Carlos Morais Teixeira, residente no Bairro Alto da Cocanha, nº 13, vem através da carta em anexo, solicitar a compra do lote da habitação onde reside. -----

No seguimento da informação nº 89, de 2010.04.09, da DAS, em anexo, e de acordo com a solicitação e o despacho do Exmo. Senhor Presidente da Câmara, a Senhora Engª Conceição Rei, através da

informação nº 8/C.A.P.M./10, vem informar que o preço actualizado para venda do lote nº 13 do Bairro Alto da Cocanha é de 2 270,00 €.

Assim, face ao exposto tomo a liberdade de sugerir a V. Exa. que o assunto seja presente à próxima reunião de Câmara para deliberação, no sentido de ser aprovado o preço do aludido lote. -----

Mais se sugere, caso a deliberação seja favorável, que o processo seja enviado ao Departamento de Administração Geral, Sector de Contratos, Expropriações e Apoio ao Notário para os devidos efeitos

À consideração de V.^a Exa. -----

A Técnica Superior de Serviço Social, -----

(Dra. Maria Júlia da Cruz Forte) -----

DESPACHO DO SR. DIRECTOR DE DEPARTAMENTO SÓCIO - CULTURAL DOUTOR ANTÓNIO RAMOS DE 2010.04.27-----

Visto. A presente informação cumpre todas as normas e regulamentos em vigor. À consideração da senhora Vereadora, Dr^a Maria de Lurdes Campos.-----

DESPACHO DA VEREADORA RESPONSÁVEL PELA RESPECTIVA ÁREA DE INTERVENÇÃO DRA. MARIA DE LURDES CAMPOS DE 2010.04.28 -----

Visto. Concorde. À reunião de câmara para deliberação. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com as informações supra. Proceda-se em conformidade com o teor das mesmas. Notifique-se. -----

VI

PLANEAMENTO URBANO E GESTÃO URBANÍSTICA:

1- PLANEAMENTO

1.1. AMPLIAÇÃO DO PARQUE DE ACTIVIDADES DE CHAVES - ABERTURA DO PERÍODO DE DISCUSSÃO PÚBLICA - INFORMAÇÃO DA ARQ. EUNICE PEREIRA DE 28-04-2010

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

1. OBJECTO DA INFORMAÇÃO -----

A presente informação visa dar início ao procedimento do **Período de Discussão Pública** referente ao **Loteamento de Ampliação do Parque de Actividades de Chaves**, em conformidade com o estabelecido no nº5, do artigo 7º, do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de Dezembro, republicado pela Lei nº 60/2007, de 4 de Setembro, em articulação com o estabelecido nos nºs 3 e 4, do artigo 77º, do Decreto-Lei nº 380/99, de 22 de Setembro, republicado pelo Decreto-Lei nº 46/2009, de 20 de Fevereiro.-----

2. ÂMBITO DA OPERAÇÃO URBANÍSTICA -----

2.1. O projecto do *Loteamento de Ampliação do Parque de Actividades de Chaves* foi elaborado com o objectivo de dar cumprimento à candidatura ao "Sistema de Apoio a Áreas de Acolhimento Empresarial e Logística" enquadrada no Eixo Prioritário I - "Competitividade, Inovação e Conhecimento" do Programa Operacional Regional do Norte 2007-2013, que a Câmara Municipal de Chaves pretende levar a efeito.

2.2. A citada candidatura visa apoiar a constituição e desenvolvimento de espaços de acolhimento empresarial, em regime condominial, com uma forte componente de serviços de apoio à gestão

e/ou serviços tecnológicos, articulada com outras infra-estruturas de apoio à competitividade.-----

2.3. O objecto de candidatura deverá ter por base o projecto de uma superfície devidamente infra-estruturada, abrangendo uma área de intervenção igual ou superior a 20ha, integrado nas sub-tipologias de (i) infra-estruturas físicas, sempre em regime de gestão condominial e (ii) serviços partilhados e acções de divulgação.-----

3. EQUADRAMENTO DA PROPOSTA -----

3.1. A presente operação urbanística de loteamento é promovida pela Câmara Municipal de Chaves, e abrange terrenos localizados na área do Parque Empresarial de Chaves (PEC), freguesia de Outeiro Seco.---

3.2. Actualmente o PEC é constituído por três componentes, designadamente, o Parque de Actividades de Chaves (PAC), a Plataforma Logística de Chaves (PLC) e o Mercado Abastecedor da Região de Chaves (MARC), consistindo a operação de loteamento em análise, na ampliação do Parque de Actividades de Chaves.-----

3.3. A área objecto de intervenção enquadra-se, de acordo com a *Alteração do Plano Director Municipal de Chaves (PDM), circunscrita à área do Parque Empresarial de Chaves e respectiva envolvente¹*, em solo de classe 2 - *Espaços Industriais*, na Unidade Operativa 6 - *Área de Ampliação de Parque de Actividades de Chaves*. Assim, a presente operação de loteamento obedece aos objectivos programáticos, indicadores e parâmetros urbanísticos, formas de execução, bem como condicionamentos específicos ao uso e ocupação do solo definidos no "anexo 5 - Unidades Operativas do Parque Empresarial de Chaves" aditado ao regulamento do PDM de Chaves, através da alteração supracitada.-----

3.4. O presente loteamento, com uma área de 23,78ha, corresponde a uma parte de um loteamento inicialmente estudado para a ampliação do PAC com uma área de 52ha. -----

3.5. O referido projecto inicial de loteamento (52ha), constituindo um loteamento industrial com área superior a 10ha, em conformidade com o disposto no n.º3 do artigo 1.º e anexo II do Decreto-Lei n.º197/2005, de 8 de Novembro², foi objecto de um Estudo de Impacte Ambiental (EIA); -----

3.6. O citado EIA foi enviado para autoridade de AIA (CCDR-N), tendo sido objecto de análise por parte da Comissão de Avaliação constituída para o efeito, aguardando-se neste momento a emissão da Declaração de Impacte Ambiental (DIA), por parte do Secretário de Estado do Ambiente; -----

3.7. A redução da área de intervenção do loteamento de ampliação do PAC de 52ha para aproximadamente 23,78ha, bem como o número de algumas acções a candidatar, resultou de uma reavaliação de sustentabilidade económico-financeira da candidatura efectuada por parte do Município. -----

¹ A "Alteração do Plano Director Municipal de Chaves (PDM), circunscrita à área do Parque Empresarial de Chaves e respectiva envolvente", foi aprovada em sessão de Assembleia Municipal de 24 de Fevereiro de 2010, tendo adquirido a respectiva eficácia através do Aviso n.º5569/2010, publicado no Diário da República, 2ª série - n.º53, de 17 de Março de 2010, entrando em vigor a partir do dia 18 de Março de 2010. -----

² O Decreto-Lei que aprova o Regime Jurídico da Avaliação de Impacte Ambiental -----

3.8. Pela razão mencionada anteriormente, a área de intervenção do presente loteamento (23,78ha), embora abrangendo apenas parte do inicialmente projectado (52ha), mantém na sua essência toda a estrutura urbanística e finalidade prevista no projecto inicial para a área em causa, com o objectivo de salvaguardar os parâmetros urbanísticos que foram objecto de análise no Estudo de Impacte Ambiental elaborado.-----

3.9. Sem prejuízo do exposto no ponto anterior, constituem excepção ao referido: -----

(i) o Ecocentro (Centro de Recolha e Tratamento de Resíduos), o qual, estando previsto numa área que não foi abrangida por esta operação de loteamento, foi realocado e remodelado em termos funcionais, para atender às exigências estabelecidas no EIA na devida proporção da área do PAC para a qual tem que dar resposta; --

(ii) a previsão de uma área de reserva para futuras infra-estruturas viárias, situada a norte do lote C1 e C2, com vista a garantir uma possível ligação para uma área de expansão futura; -----

(iii) o reajuste das áreas de alguns lotes por forma a integrar no domínio público faixas de arborização e enquadramento paisagístico dos arruamentos e a localização de Postos de Transformação (PT's);--

3.10. Esclarece-se ainda que, no que diz respeito à linha de água, não obstante da mesma não se encontrar abrangida pela presente operação de loteamento, continua a ser intenção deste Município mantê-la no seu curso natural e construir o *Sistema de Retenção e Tratamento Ambiental de Águas Pluviais*, com a localização inicialmente prevista, a sul do Parque Empresarial de Chaves, dando-se cumprimento a todas as medidas de minimização estabelecidas no EIA. -----

3.11. Por último, há a referir que a estratégia de redução da área de intervenção do loteamento de 52ha para 23,78ha foi objecto de ponderação entre a Câmara Municipal e os serviços técnicos da CCDR-N, responsáveis pelas áreas da candidatura e da avaliação ambiental, numa reunião realizada nas instalações da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR-N), no dia 25 de Março de 2010.-----

3.12. Embora na citada reunião não tenham resultado razões para inviabilizar a estratégia de redução da área de intervenção do loteamento, desde que salvaguardadas as questões ambientais, as quais se julgam desta forma salvaguardadas, e por conseguinte se tenha prosseguido com a elaboração deste loteamento para o qual se propõe a abertura do período de discussão pública, entendem estes serviços que, para segurança jurídica procedimental do processo em causa deve promover-se uma auscultação oficial por parte de CCDR-N e da ARH Norte, em simultâneo com o período de discussão pública com os seguintes objectivos.-----

3.12.1. Por parte da CCDR-N, obtenção de um parecer de conformidade deste projecto de loteamento (23,78ha) com a solução urbanística do loteamento dos 52ha objecto de EIA na parte que lhe corresponde; -----

3.12.2. Por parte da ARH Norte, obtenção de um parecer, a emitir no âmbito do projecto das obras de urbanização, mais propriamente, no projecto da rede de drenagem de águas pluviais, em como se encontra salvaguardada a linha de água existente, a manter no seu estado natural.-----

4. ASPECTOS RELACIONADOS COM A INSTRUÇÃO DO PROCESSO -----

4.1. O projecto do Loteamento de Ampliação do Parque de Actividades de Chaves apresentado, constituído por peças desenhadas e escritas, visa a criação lotes de pequena, média e grande dimensão, integrados em sectores de actividades empresariais essencialmente de duas tipologias, designadamente, Indústria e Comércio/Serviços.-----

4.2. O processo encontra-se instruído de acordo com a Portaria nº 232/2008, de 11 de Março, apresentando os elementos necessários à aprovação da operação de loteamento, com as seguintes particularidades: -----

4.2.1. No que respeita ao documento comprovativo da qualidade de titular de qualquer direito que confira a faculdade de realização da operação, refere-se que o Município, na qualidade de promotor já detém aproximadamente 42% da área total da intervenção, sendo a restante área adquirida após a aprovação do loteamento (pela via do direito privado ou por processo de expropriação). -----

4.2.2. No que respeita às certidões da descrição e de todas as inscrições em vigor emitidas pela conservatória do registo predial referente aos prédios abrangidos, refere-se que já se procedeu à organização do dossier do cadastro, no qual se incluíram as certidões das finanças, para envio ao perito que irá proceder à avaliação das parcelas em causa. -----

5. CARACTERIZAÇÃO URBANÍSTICA/ARQUITECTÓNICA DA OPERAÇÃO URBANÍSTICA EM CAUSA -----

5.1. A presente operação urbanística abrange uma área total de parcelas de 315.108,38m², da qual vai ser objecto de loteamento 237.846,21m², constituindo 23 lotes com a área e a finalidade definida no quadro sinóptico seguinte.-----

5.2. Da área total do loteamento serão integrados no domínio público 108.747,39m², destinados para espaços verdes e utilização colectiva, para infra-estruturas viárias e para equipamentos de utilização colectiva.-----

5.3. A área bruta total de construção para efeitos de cálculo de índice de construção é de 108.589,84m² e a área de implantação para efeitos de cálculo do índice de implantação é de 96.607,41m². Com base nestas duas áreas referidas obtém-se índices de construção e de implantação de respectivamente 0,46m²/m² e 0,41m²/m².-----

6. JUSTIFICAÇÃO DAS DISPOSIÇÕES REGULAMENTARES DO PDM -----
Conforme se demonstra no quadro seguinte a operação urbanística cumpre o estabelecido no regulamento do PDM em vigor, ratificado pela Resolução de Conselho de Ministros nº 12/95, de 12 de Janeiro, com a alteração aprovada pela Assembleia Municipal de 24 de Fevereiro de 2010, publicada no Diário da República, 2ª série - nº53, de 17 de Março de 2010, através do Aviso nº5569/2010.-----

INDICADORES E PARÂMETROS URBANÍSTICOS ESTABELECIDOS NO PDM EM VIGOR	INDICADORES E PARÂMETROS URBANÍSTICOS DEFINIDOS NA OPERAÇÃO URBANÍSTICA
Os usos admitidos são os relacionados com as actividades previstas na lei que regula a actividade industrial, podendo admitir-se usos relacionados com <u>serviços e armazenagem</u> , bem como a <u>instalação de comércio associado à actividade industria</u>	Os lotes propostos destinam-se, designadamente, a indústria, comércio e serviços.
São ainda admitidos usos que	São ainda propostos lotes

<i>permitam instalar <u>equipamentos de utilização colectiva de apoio à melhoria da urbanidade do PEC,</u> incluindo unidades de investigação tecnológica de iniciativa pública ou privada, unidades de gestão e formação, unidades de hotelaria, de restauração, de bem-estar e desporto e equipamentos sociais</i>	destinados a equipamentos de utilização colectiva.
<i>O <u>índice de construção máximo</u> é de 0,80 m²/ m²</i>	O índice de construção máximo proposto é de 0,46 m²/ m²
<i>A <u>área de implantação máxima</u> é de 65 %</i>	A área de implantação máxima proposta é de 41,46 %
<i>A <u>área de impermeabilização máxima</u> é de 70 %</i>	A área de impermeabilização máxima proposta é de 66,3 %
<i>O <u>número de pisos máximo</u> acima da cota de soleira é de 3</i>	O número de pisos máximo acima da cota de soleira proposto é de 3
<i>A <u>cércea máxima</u> das edificações é de 12 metros</i>	A cércea máxima das edificações proposta é de 12 metros

7. CONSIDERAÇÕES FUNDAMENTADORAS DA PROPOSTA DE DECISÃO -----

Face ao exposto e considerando que: -----

- a) O município pretende levar a efeito a candidatura ao "Sistema de Apoio a Áreas de Acolhimento Empresarial e Logística" enquadrada no Eixo Prioritário I - "Competitividade, Inovação e Conhecimento" do Programa Operacional Regional do Norte 2007-2013; -----
- b) A citada candidatura terá que apresentar por base, obrigatoriamente, um projecto de loteamento devidamente infra-estruturado, com uma área de intervenção igual ou superior a 20ha;--
- c) O projecto do Loteamento de Ampliação do Parque de Actividades (PAC) aqui apresentado, encontra-se instruído em conformidade com os elementos necessários ao licenciamento das operações de loteamento enunciados no artigo 7º da Portaria nº 232/2008, de 11 de Março;----
- d) A operação de loteamento cumpre os indicadores e parâmetros urbanísticos regulamentados no PDM em vigor; -----

Neste contexto verifica-se que o projecto de Loteamento de Ampliação do Parque de Actividades (PAC) está em condições de merecer aprovação e de se submeter à respectiva discussão pública. -----

8. PROPOSTA DE DECISÃO -----

Em coerência com as razões de facto e de direito expostas, propõe-se que a presente informação, acompanhada do projecto do Loteamento de Ampliação do Parque de Actividades de Chaves (PAC), seja submetida à consideração do Executivo Municipal para adopção da seguinte estratégia procedimental: -----

- a) **Decidir proceder a abertura do período de discussão pública** pelo prazo de 15 dias úteis, a decorrer entre os dias 14 de Maio e 4 de Junho do ano corrente, devendo o mesmo ser anunciado com uma antecedência mínima de 8 dias (a contar da data da publicação do Aviso em DR), de acordo com o estipulado no nº5, do artigo 7º, e no nº2 do artigo 22º, ambos da Lei nº60/2007, de 4 de Setembro que estabelece o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, em articulação com o disposto nos nºs 3 e 4, do artigo 77º, do Decreto-Lei nº46/2009, de 20 de Fevereiro que altera o Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial;-----
- b) **Decidir remeter o projecto do Loteamento de Ampliação do Parque de Actividades de Chaves** para a Comissão de Coordenação e

Desenvolvimento Regional do Norte (CCDRN) e para a Administração da Região Hidrográfica do Norte (ARH NORTE), para que estes reiterem o parecer de conformidade do projecto em causa com o EIA elaborado.---

c) Para efeitos do cumprimento do previsto nas alíneas anteriores, a divulgação deverá ser promovida nos seguintes termos:-----

Publicação na 2ª Série do Diário da República, em conformidade com a alínea a), do nº 4, do artigo 148º, do Decreto-Lei nº46/2009, de 20 de Fevereiro; -----

• **Publicitação na comunicação social**, nomeadamente em dois jornais diários, num jornal semanário de grande expansão nacional, em dois jornais de expansão local ou regional e na página da Internet do Município, nos termos dos nºs 2 e 3, ambos do artigo 149º do Decreto-Lei nº46/2009, de 20 de Fevereiro. -----

À consideração superior -----

DESPACHO DO CHEFE DE DIVISÃO DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E PLANEAMENTO URBANÍSTICO, ARQ. RODRIGO MOREIRA DE 28.04.20010. -----

A presente informação satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria pelo que merece a minha concordância.-

Com base na mesma, propõe-se que a presente informação, acompanhada do projecto do Loteamento de Ampliação do Parque de Actividades de Chaves (PAC), seja submetida à consideração do Executivo Municipal para adopção da seguinte estratégia procedimental: -----

a)Decidir proceder à abertura do período de discussão pública pelo prazo de 15 dias úteis, a decorrer entre os dias 14 de Maio e 4 de Junho do ano corrente;-----

b)Decidir remeter o projecto do Loteamento de Ampliação do Parque de Actividades de Chaves para a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDRN) e para a Administração da Região Hidrográfica do Norte (ARH NORTE), para que estes reiterem o parecer de conformidade do projecto em causa com o EIA elaborado.---

c) Para efeitos do cumprimento do previsto nas alíneas anteriores, a divulgação deverá ser promovida nos seguintes termos: -----

• **Publicação na 2ª Série do Diário da República**, em conformidade com a alínea a), do nº 4, do artigo 148º, do Decreto-Lei nº46/2009, de 20 de Fevereiro; -----

• **Publicitação na comunicação social**, nomeadamente em dois jornais diários, num jornal semanário de grande expansão nacional, em dois jornais de expansão local ou regional e na página da Internet do Município, nos termos dos nºs 2 e 3, ambos do artigo 149º do Decreto-Lei nº46/2009, de 20 de Fevereiro.-----

À consideração do Sr. Presidente -----

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, DR. JOÃO BATISTA DE 2010.04.28. -----

À reunião de câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação supra. Proceda-se em conformidade com o teor das mesmas. Notifique-se. -----

2- OPERAÇÕES URBANÍSTICAS DE LOTEAMENTO E DE OBRAS URBANIZAÇÃO

2.1. LICENCIAMENTO DE LOTEAMENTO URBANO - ENVIO DE PARECER DA EDP - DISTRIBUIÇÃO, PARA RECEPÇÃO PROVISÓRIA DAS OBRAS DE ELECTRICIDADE TITULADAS PELO ALVARÁ DE LOTEAMENTO N.º 2/2008 - LEGRINVEST - SOCIEDADE DE INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS, LDA. - SITO NO LUGAR DA

**CASCALHEIRA - VILAR DE NANTES, FREGUESIA DE VILAR DE NANTES -
CONCELHO DE CHAVES - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO TERRITORIAL DA
ENGENHEIRA CIVIL CONCEIÇÃO FERNANDES REI DATADA DE 2010/04/27 -----**

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

1-INTRODUÇÃO -----

Através da Carta 308/09/RCNDA, de 11-12-2009, registada no Serviço de Expediente Geral com o nº 18678 em 17-12-2009, a EDP-Distribuição veio dar resposta desfavorável ao n/ pedido expresso no ofício registado com o nº 9571, com a referência 1548/DGT/2009, de 26-10-2009, em virtude de a alimentação de energia eléctrica ao loteamento não se encontrar naquela data concluída. -----

No pretérito dia 26 de Abril do corrente ano, pela carta 717/10/AOVRL, de 23-04-2010, enviada via Fax registada com o nº 415, a EDP-Distribuição vem dar resposta favorável ao n/ pedido de parecer, tendo em vista a recepção provisória das obras de Electricidade, tituladas pelo alvará de loteamento nº 2/2008. -----

2-ANTECEDENTES -----

Em reunião de câmara de 21-12-2009, sob proposta da informação técnica de 16-12-2009, foram tomadas pelo Executivo, entre outras resoluções, as seguintes: -----

-Aceitar a comunicação, relativa às obras de urbanização inerentes às redes de Abastecimento de Água e redes de Drenagem de Águas Residuais Domésticas e Pluviais, com a apresentação dos seus traçados finais, executadas na presente operação urbanística; -----

-Deferir o pedido³ de recepção provisória das obras de urbanização, inerentes aos Arruamentos, às Redes de Abastecimento de Água, Drenagem de Águas Residuais Domésticas e Pluviais, Deposição de Resíduos Sólidos e Sinalização, Sinalização Horizontal e Vertical e Diversos, orçadas no montante de 209 174,14 € e à rede de Telecomunicações, estimada no valor de 14 350,00 €, nos termos do disposto no artigo 87º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16/12, na sua versão final. -----

-Libertar 90% do valor da caução, correspondente à rede⁴ de Distribuição de Gás, face ao Relatório de Ensaio de Resistência Mecânica e o termo de responsabilidade nº 300/2009, da entidade executora da referida rede. -----

3-PROPOSTA DE DECISÃO -----

Tendo em consideração o teor do Fax registado com o nº 415, propõe-se ao Executivo que adopte as seguintes resoluções: -----

3.1-Que, nos termos do disposto no nº 1 do artigo 87º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16/12, alterado e republicado pela Lei nº 60/2007, de 4/9, delibere deferir o pedido de recepção provisória das obras de Electricidade tituladas pelo alvará de loteamento nº 2/2008, orçadas no montante de **83 512,68 €**⁵. -----

3.2-Na sequência da deliberação camarária que recair sobre a presente informação técnica, e de acordo com o disposto no artigo 54º do diploma legal acima referido, dever-se-à comunicar ao BANCO ESPÍRITO SANTO, S.A, que a garantia bancária nº 344 597, emitida em 30-09-2008 e actualmente no valor de 122 655,39€, poderá ser

³ Exarado sob o requerimento registado no Serviço de Expediente Geral com o nº 16704, em 05-11-2009. -----

⁴ Orçada no montante de 46 619,00 €. -----

⁵ (95 641,08 - 12 128,40). -----

reduzida para o montante de € 35 365,58⁶ (trinta e cinco mil trezentos e sessenta e cinco euros e cinquenta e oito cêntimos). ---

À Consideração Superior. -----

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE GESTÃO TERRITORIAL, SRA. ENGENHEIRA MARIA CONCEIÇÃO ALVES MARTINS DATADA DE 2010/04/28. -----

A Presente informação/Parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. -----

À Consideração Superior. -----

DESPACHO DO VEREADOR MUNICIPAL, CARLOS AUGUSTO CASTANHEIRA PENAS DATADO DE 2010/04/28. -----

Visto. Concordo. À Reunião de Câmara para deliberação. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

2.2. LICENCIAMENTO DE LOTEAMENTO URBANO - PEDIDO DE RECEPÇÃO DEFINITIVA DAS OBRAS DE URBANIZAÇÃO TITULADAS PELO ALVARÁ DE LOTEAMENTO N° 11/2001 - ANTEROS COMERCIAL - SOCIEDADE COMERCIAL, S.A. - SITO NA QUINTA DA ESTAÇÃO - SANTA MARIA MAIOR, FREGUESIA DE SANTA MARIA MAIOR - CONCELHO DE CHAVES - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO TERRITORIAL DA ENGENHEIRA CIVIL CONCEIÇÃO FERNANDES REI DATADA DE 2010/04/28 -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

1-INTRODUÇÃO -----

No âmbito do atendimento ao público, a interessada em apresenta Auto de Entrega do Ramal de Média Tensão, executado pela PEEIE - Projectos, Execução e Exploração de Instalações Eléctricas, Lda, inicialmente orçado no montante de 10 202,28 €⁷, ao qual era acrescido o IVA à taxa de 17%. -----

2-PROPOSTA DE DECISÃO -----

2.1-Considerando que, o Ramal de Média Tensão foi executado pela promotora e recebido provisoriamente pela EDP-Distribuição em 26-06-2006; -----

Considerando ainda que, o prazo de garantia do referido Ramal de Média Tensão era de um ano a contar da data da sua assinatura;

Propõe-se ao Executivo que nos termos do disposto no n° 1 do artigo 50° do Decreto-Lei n° 448/91, de 29/11, na sua versão final, delibere receber definitivamente o referido ramal, orçado no montante de € 10 202,28 (dez mil duzentos e dois euros e vinte e oito cêntimos). -----

2.2-Na sequência da deliberação camarária que recair sobre a presente informação técnica e de acordo com o disposto no artigo 24° do diploma legal acima referido, dever-se-à comunicar à COMPANHIA GERAL DE CRÉDITO PREDIAL PORTUGUÊS, S.A, que a garantia bancária N/N° 551,100143894, emitida em 17-10-2000, poderá ser libertada. ---
À Consideração Superior. -----

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE GESTÃO TERRITORIAL, SRA. ENGENHEIRA MARIA CONCEIÇÃO ALVES MARTINS DATADA DE 2010/04/28. -----

A Presente informação/Parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. -----

⁶ 0,10 x (209 174,14 + 14 350,00 + 46 619,00 + (95 641,08 - 12 128,40)). -----

⁷ Que correspondia na moeda antiga o montante de 2 045 373\$00. -----

À Consideração Superior. -----
DESPACHO DO VEREADOR MUNICIPAL, CARLOS AUGUSTO CASTANHEIRA PENAS
DATADO DE 2010/04/28. -----

Visto. Concorde. À Reunião de Câmara para deliberação. -----
DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade,
 concordar com a informação supra. Proceda-se em conformidade com o
 teor da mesma. Notifique-se. -----

2.3. LICENCIAMENTO DE LOTEAMENTO URBANO - PEDIDO DE ACEITAÇÃO DE
COMUNICAÇÃO PRÉVIA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO EM
LOTEAMENTO URBANO - JOSÉ ALBERTO VAZ RIBEIRO - SITO NA FONTE DO
LEITE - SANTA CRUZ TRINDADE, FREGUESIA DE SANTA CRUZ TRINDADE -
CONCELHO DE CHAVES - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO TERRITORIAL DA
ENGENHEIRA CIVIL CONCEIÇÃO FERNANDES REI DATADA DE 2010/04/28 -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se
 transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

1-INTRODUÇÃO -----

1.1-Através do requerimento registado no Departamento de Planeamento
 e Desenvolvimento com o nº 3403/09, em 16-12-2009, o promotor
 apresenta os seguintes projectos⁸ de execução: projecto de
 arruamentos, rede de abastecimento de água e redes de drenagem de
 águas residuais domésticas e pluviais, rede⁹ de distribuição de gás,
 valorização paisagística, telecomunicações, caderno de encargos e
 plano de segurança e saúde. -----

1.2-No seguimento do parecer emitido pela Divisão de Abastecimento
 de Água, datado de 18-02-2010, em 25-03-2010, sob o requerimento nº
 740/10 o promotor apresenta Aditamento ao projecto de
 telecomunicações. -----

2-ANÁLISE DA COMUNICAÇÃO -----

Face aos elementos trazidos a processo pelo interessado e sem
 prejuízo da responsabilidade dos projectistas no que concerne ao
 conteúdo técnico dos projectos de execução inerentes às obras de
 urbanização em causa, sobre os mesmos emite-se o seguinte parecer:

2.1-Divisão fundiária do Solo -----

2.1.1-A presente operação de loteamento, da qual vai resultar a
 criação de sete lotes, um destinado a habitação colectiva e os
 restantes destinados à construção de edifícios de habitação
 unifamiliar em banda foi aprovada em reunião de câmara de 16-07-
 2009, sob a condição de a promotora compensar¹⁰ o Município pela área
 não cedida de 868,12 m²¹¹, para equipamentos públicos e de
 utilização colectiva. -----

2.1.2-De acordo com o disposto no nº 67º do Regulamento Municipal de
 Urbanização e Edificação e Tabela de Taxas e Licenças Devidas pela
 Realização de Operações Urbanísticas o valor da compensação¹²,

⁸ É referido pelo promotor no requerimento nº 3403/09 que o projecto
 de electricidade foi apresentado na EDP - Distribuição. -----

⁹ Acompanhado de Relatório da Duriensegás. -----

¹⁰ Pelo exposto no nº 4 do artigo 44º do Decreto-Lei nº 555/99, de
 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 177/2001, de 4/6.

¹¹ Sendo 585,62 m², respeitante à construção do edifício destinado a
 habitação colectiva e 282,50 m², respeitante à construção das
 habitações unifamiliares. -----

¹² Veja-se informação técnica de 13-07-2009. -----

ascende ao montante de € 55 685,81 (cinquenta e cinco mil seiscentos e oitenta e cinco euros e oitenta e um cêntimos). -----

2.2-Projecto de Arruamentos -----

O projecto de arruamentos apresentado sob o requerimento nº 3403/09 é genericamente passível de merecer parecer favorável, no entanto para a sua execução dever-se-ão prever os trabalhos a seguir mencionados: -----

Para delimitação e contenção dos pavimentos dos passeios, previstos em blocos de betão, nas extensões dos lotes nº 2 ao lote nº 7 que confrontem com a futura via pública, dever-se-à executar uma fundação em betão com vista a suportar os futuros muros de vedação dos lotes, com as dimensões de 0,30 m de largura e 0,40 m de espessura, ao longo da qual se executará uma fiada de blocos de betão para travamento do pavimento dos passeios (primeira condição de admissão de comunicação). -----

Na extensão do lote nº1, que confronta com o futuro arruamento, recomenda-se ao promotor a execução de um muro de suporte em betão armado, cujos cálculos e desenhos de pormenor serão apresentados na fase subsequente. -----

O dimensionamento do muro de suporte deverá ter em atenção a estrutura resistente do edifício, para aproveitamento desta infra-estrutura, na construção daquele imóvel. -----

2.3-Abastecimento de Água e Drenagem de Águas Residuais Domésticas e Pluviais -----

Os projectos de execução inerentes à rede de abastecimento de água e redes de drenagem de águas residuais domésticas e pluviais apresentados sob o requerimento nº 3403/09, foram desenvolvidos de acordo com os traçados apresentados no âmbito do pedido de aprovação da divisão fundiária, objecto do parecer da DAP de 21-05-2008, sendo os mesmos passíveis de merecer parecer favorável. -----

2.4-Infra-estruturas de Electricidade -----

O projecto de infra-estruturas eléctricas já se encontra acompanhado do parecer da EDP- Distribuição (com a referência - Carta 2231/09/RCNER, de 27-11-2009, constante no processo a folha nº 480), devendo em obra ser respeitado o parecer condicionado da Divisão de Abastecimento Público, de 18-02-2010, o qual se transcreve para cumprimento em obra (segunda condição de admissão de comunicação). -

"Relativamente à rede de iluminação pública, dado que o projecto se encontra aprovado pela entidade exterior, EDP-Distribuição e Energia, S.A, deverá o promotor ser informado, antes de dar início à execução das infra-estruturas eléctricas, da necessidade de ajustamento das novas redes a executar, com as infra-estruturas eléctricas, relativas ao Processo nº 447/2006 - Alvará de Obras de Construção nº 78/08, que o requerente Ediflavius, Construções, Lda. executou no lugar da Fonte do Leite, Freguesia de Santa Cruz/Trindade". -----

2.5-Infra-estruturas de Telecomunicações -----

O Aditamento ao projecto de telecomunicações apresentado sob o requerimento nº 740/10, encontra-se acompanhado com o parecer favorável da DAP, de 23-04-2010, o qual se reproduz na presente informação técnica para todos os efeitos legais. -----

2.6-Rede de Distribuição de Gás -----

A rede de distribuição de gás encontra-se acompanhada com o relatório de análise por parte da Duriensegás, S.A, datado de 03-11-2009. -----

2.7-Valorização Paisagística -----

O projecto de Valorização Paisagística apresentado já obteve o parecer favorável da Divisão de Ambiente e Serviços Urbanos emitido em 09-02-2009. -----

2.8-Outras Considerações -----

2.8.1-Após a aceitação da comunicação prévia para a realização das obras de urbanização, propõe-se que seja remetido projecto de telecomunicações e seu aditamento (2 exemplares) à Portugal Telecom, S.A, para conhecimento da existência da presente operação de loteamento com obras de urbanização tendo em vista aquela concessionária pronunciar-se sobre eventuais ligações às redes existentes, de modo a evitar futuras intervenções nos arruamentos a executar pelo promotor. -----

2.8.2-No âmbito da execução das obras de urbanização: -----

2.8.2.1-Quaisquer trabalhos a mais necessários e susceptíveis de melhorar o funcionamento das infra-estruturas desta operação urbanística, serão a cargo do loteador (terceira condição de admissão de comunicação). -----

2.8.2.2-Os trabalhos das diversas especialidades devem ser coordenados de forma a serem respeitadas as normas consagradas no Decreto-Lei nº 163/2006, de 8/8, para melhoria da acessibilidade das pessoas com mobilidade condicionada (quarta condição de admissão de comunicação). -----

2.8.2.3-A realização das obras de urbanização serão executadas no prazo de 12 meses, de acordo com o mapa de trabalhos constante no processo - folha nº 347. -----

3-PROPOSTA DE ADMISSÃO -----

Considerando que a comunicação prévia, referente à execução das obras de urbanização se encontra instruída com os elementos exigíveis, mencionados no nº 1 do artigo 10º da Portaria nº 232/2008, de 11/3 e que os projectos de execução se encontram acompanhados pelos elementos a que se refere o nº 3 do artigo 10º da Lei nº 60/2007, de 4/9, propõe-se que a Câmara Municipal adopte as seguintes resoluções: -----

3.1-Aceitação da comunicação prévia para execução das obras de urbanização na operação de loteamento a levar a efeito no lugar referido em epígrafe, com a salvaguarda de, no decurso da sua realização, ser dado cabal cumprimento às condições supra mencionadas nos pontos 2.2, 2.4, 2.8.2.1 e 2.8.2.2, acima referidos e nas seguintes condições: -----

3.1.1-O montante da caução destinada a garantir a boa e regular execução das obras de urbanização corresponderá ao valor de **€ 100 217,45 (cem mil duzentos e dezassete euros e quarenta e cinco cêntimos)**. -----

Este montante corresponde ao somatório das valores orçamentados dos projectos de execução, incluindo uma verba de 5%, destinada a assegurar as despesas da administração e 5% respeitante à taxa do IVA, no caso de se vir a aplicar o disposto nos artigos 84º e 85º do diploma acima referido. -----

3.1.2-A realização das obras de urbanização serão executadas no prazo de 12 meses, de acordo com o mapa de trabalhos constante no processo - folha nº 347. -----

3.2-No caso de ser adoptada a resolução de aceitação de admissão de comunicação prévia para realização das obras de urbanização conforme proposto no ponto 3.1, deve o interessado ser informado que

dispõe do prazo de um ano¹³, sob pena de caducidade da deliberação que deferiu o pedido de licenciamento desta operação de loteamento, para requerer formalmente a emissão do alvará de loteamento, devendo para o efeito instruir o seu pedido com os seguintes elementos: ----

3.2.1-Planta Síntese: em suporte informático e em base transparente (5 exemplares). -----

3.2.2-Descrição pormenorizada dos lotes com indicação dos artigos matriciais de proveniência. -----

3.2.3-Actualização das certidões da Conservatória do Registo Predial, anteriormente entregues, caso as existentes no processo estejam fora de validade. -----

3.2.4-Documento comprovativo de prestação de caução. -----

3.2.5-Apólice de seguro que cubra a responsabilidade pela reparação dos danos emergentes de acidentes de trabalho, nos termos previstos na Lei nº 100/97 de 13/09. -----

3.2.6-Termo de responsabilidade subscrito pelo técnico responsável pela direcção técnica da obra. -----

3.2.7-Declaração de titularidade do certificado de classificação de empreiteiro de obras públicas, do título de registo na actividade ou do certificado de industrial de construção civil, a verificar no acto da entrega do alvará com a exibição do original do mesmo, contendo as autorizações adequadas para a realização das obras de urbanização. -----

3.2.8-Livro de obra, com menção do termo de abertura. -----

3.3-A notificação que informar da deliberação adoptada pela Câmara, deve informar o requerente que a emissão do alvará de loteamento que titulará o licenciamento da presente operação urbanística está sujeita à liquidação da taxa de infra-estruturas urbanísticas, a qual ascende ao montante de **€ 7 105,19 (sete mil cento e cinco euros e dezanove cêntimos)**, nos termos do disposto nas alíneas a) e b.2) do nº1 do artigo 24º do Regulamento da Liquidação e Cobrança de taxas devidas pela realização de Operações Urbanísticas, em vigor neste Município. -----

3.4-Por último, propõe-se o envio de dois exemplares do projecto de telecomunicações apresentado sob o requerimento nº 740/10 à Portugal Telecom, para se pronunciar sobre eventuais ligações às redes existentes, de modo a se evitarem futuras intervenções por parte daquela concessionária nos arruamentos a serem executados pelo loteador. -----

À Consideração Superior. -----

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE GESTÃO TERRITORIAL, SRA. ENGENHEIRA MARIA CONCEIÇÃO ALVES MARTINS DATADA DE 2010/04/28. -----

A Presente informação/Parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. -----

À Consideração Superior. -----

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CAMARA, DR. JOAO BATISTA, DATADO DE 2010/04/28. -----

Proceda-se à admissão da comunicação prévia nos termos da presente informação técnica. À reunião de câmara para conhecimento. -----

A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

¹³ De acordo com o disposto no nº 1 do artigo 76º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 177/2001, de 4/6. -----

3- OPERAÇÕES URBANÍSTICAS E DE EDIFICAÇÃO

3.1. LISTAGEM DOS DESPACHOS PROFERIDOS PELO PRESIDENTE DA CÂMARA, NO USO DE PODERES DELEGADOS, DR. JOÃO BATISTA. -----

Foi presente, para conhecimento, a informação identificada em epígrafe, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, que se anexa à presente acta sob o n.º2. --

A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

3.2. LISTAGEM DOS DESPACHOS PROFERIDOS PELO VEREADOR, EM REGIME DE TEMPO INTEIRO, NO USO DE PODERES SUBDELEGADOS, ARQT. CARLOS AUGUSTO CASTANHEIRA PENAS. -----

Foi presente, para conhecimento, a informação identificada em epígrafe, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, que se anexa à presente acta sob o n.º3. --

A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

3.3. LISTAGEM DOS DESPACHOS PROFERIDOS PELA CHEFE DE DIVISÃO DE GESTÃO TERRITORIAL, ENG. CONCEIÇÃO MARTINS, NO USO DE PODERES SUBDELEGADOS. -----

Foi presente, para conhecimento, a informação identificada em epígrafe, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, que se anexa à presente acta sob o n.º4. --

A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

3.4. CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIO DE HABITAÇÃO COLECTIVA E COMERCIO - PEDIDO DE APROVAÇÃO DE PROJECTO DE ARQUITECTURA - ALMIRO FERNANDES MEIRELES - SITO NO ALTO DO SEIXO - FREGUESIA DE SANTA MARIA MAIOR - CONCELHO DE CHAVES - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO TERRITORIAL DA ENGENHEIRA CIVIL MARIA CONCEIÇÃO ALVES MARTINS DATADA DE 2010/02/18

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

Antecedentes -----

O Sr. Almiro Fernando Meireles, através do requerimento n.º 2914/09, referente ao processo n.º 345/09, solicita a aprovação do projecto de Arquitectura para construção de um edifício de um armazém comercial, sito no Alto do Seixo, na freguesia de Santa Maria Maior, em Chaves, tendo sido emitido parecer desfavorável, e o qual esteve presente em reunião do executivo camarário de 21/12/09. -----

O Sr. Almiro Fernando Meireles, através do requerimento n.º 3488/09, referente ao processo n.º 432/09, solicita a aprovação do projecto de Arquitectura para construção de um edifício de habitação colectiva e comércio sito no Alto do Seixo, na freguesia de Santa Maria Maior, em Chaves, e solicita ainda a anulação do processo n.º 345/09. -----

Localização -----

O terreno objecto de aparecer situa-se no Lugar do Alto do Seixo na Freguesia de Santa Cruz/Trindade, no Concelho de Chaves. -----

Enquadramento da Pretensão -----
 -Com as disposições do PDM -----
 De acordo com as plantas de ordenamento do Plano Director Municipal o terreno objecto de parecer localiza-se segundo a planta de ordenamento do Plano Director Municipal de Chaves, em espaço de classe 1- Espaços Urbanos e Urbanizáveis, da categoria 1.1 - Cidade de Chaves. -----
 Segundo as plantas de condicionantes do Plano Director Municipal, o terreno em causa não se encontra abrangido por nenhuma servidão. ---
 Com as orientações de estudos urbanísticos de gestão territorial ---
 Face às plantas de zonamento da proposta de Plano de Urbanização de Chaves¹⁴ insere-se numa área referenciada como D5 destinado à implantação de Complexo Desportivo e envolvida por uma zona de Livre de Protecção e Enquadramento. -----
 No entanto, face ao parecer da DOTPU de 04/12/09, tipificam-no, em numa Zona Residencial a colmatar do tipo R2, estando previsto uma edificabilidade máxima de 0,8 m²/m² (índice de ocupação), com o n.º máximo de 4 pisos acima do solo (r/c +3 andares). -----
 Análise do Processo -----
 O Sr. Almiro Fernando Meireles, através do requerimento n.º 3488/09, referente ao processo n.º 432/09, solicita a aprovação do projecto de Arquitectura para construção de um edifício de habitação colectiva e comércio, composto por cave (garagens), r/c (comercio) e 1.º, 2.º e 3.º andar (habitação). -----
 De acordo com o documento comprovativo da titularidade do prédio, certidão de registo predial, registo n.º 278/20071212, com área de 5.850,0 m². -----
 Face ao parecer da DOTPU de 04/12/09 e 28/12/09 e 12/02/10 está prevista uma "Rodovia de Acesso Prioritário - A24/Hospital - Lanço 1 (Troçol 1 e 2) e Rua da Fonte do Leite", tendo já proposta de "Resolução de Expropriar da Parcela N.º 27" que consta em anexo ao presente processo. -----
 Relativamente à edificação proposta, face aos referidos pareceres já emitidos pela DOTPU, bem como na proposta de Expropriação o requerente cede à Câmara Municipal para execução da Empreitada rodoviária em causa uma área de (1.689,77 + 1.395,69 = 3.085,46 m²). -----
 Na execução desta empreitada o terreno fica dividido em duas parcelas (Parcela A= 1.274,23 m², e Parcela B = 651,93 m²). -----
 A operação urbanística em causa insere-se na Parcela A -----
 Ora para efeitos da área máxima de construção para o terreno na sua totalidade (At= 5.011,62m²) o índice a contabilizar Ic=0,8 m²/m²), o que poderia edificar uma área de 4.009,30 m² (5.011,62 * 0,8 = 4.009,30 m²). Esta área será distribuída pelas duas parcelas de terreno (face ao acordo de Expropriação anexo ao presente processo). O projecto de arquitectura apresentado pelo requerente, propõe a edificação de um edifício composto por cave (área de 652,04 m² destinada a garagens), r/c (área de 652,04 m² destinada a comercio), 1.º, 2.º e 3.º andar (área de 504,93 * 3 = 1514,79 m² destinada a habitação). -----

¹⁴É de 1994, sendo o instrumento de planeamento em fase de concepção, cujas orientações têm sido adoptados pelos serviços técnicos desta autarquia, para efeitos de limitação das zonas previstas no n.º1 do art.º 73 do Reg. do P.D.M. -----

Assim, a área de construção proposta para a Parcela A é de 2.166,83 m², (sem a cave, dado esta não ser contabilizada para efeitos de índice de construção, em conformidade com o disposto no n.º3 do art.º 9¹⁵ do Reg. do P.D.M., desde que estas fracções fiquem adstritos às habitações). Ora esta área terá de ser deduzida aos 4.009,30 m² permitida para o local, restando para a Parcela B uma área máxima edificável de 1.842,5 m². -----

► Considerando que, a operação urbanística em análise tem impacto semelhante a uma operação de loteamento, dado que o edifício a construir é constituído por 10 fracções, inserindo-se no disposto na alínea b) do art.º 8¹⁶ Regulamento Municipal de Urbanização e de Edificação e Tabela de Taxas e Licenças Devidas pela Realização de Operações Urbanísticas; -----

► Considerando ainda que, a operação urbanística em análise tem impacto semelhante a uma operação de loteamento face ao disposto nos art.º 43¹⁷ e 44¹⁸ do Dec-Lei 555/99, com a redação dada pela Lei

¹⁵ Artigo 9º - Índice de construção -----
A edificabilidade máxima em lotes ou quaisquer parcelas de terreno é determinada pelo índice de construção atribuído à classe ou categoria de espaços em que se localizem, nos termos dos números seguintes: -----

3) A edificabilidade que, nos termos dos números anteriores, vier a ser autorizada para um lote ou parcela engloba a totalidade das respectivas áreas edificadas e a edificar, incluindo eventuais anexos dos edifícios principais, com as seguintes excepções: -----

a) As áreas destinadas a estacionamento, mesmo quando inseridas no perímetro edificado, salvo quando forem adstritas a edifícios de habitação unifamiliar ou destinadas predominantemente à recolha ou estacionamento de veículos, oficina de reparação ou estação de serviço, casos em que tais áreas se mantêm englobadas no cálculo da edificabilidade máxima admissível; -----

b) As áreas de cave de edifícios destinadas a arrecadações adstritas a habitações, desde que se trate de edifício com componente de habitação colectiva e as referidas áreas não venham a constituir-se, ao abrigo do regime de propriedade horizontal, em fracções autónomas comercializáveis separadamente das habitações a que ficam adstritas.

¹⁶ Artigo 8.º - Impacte semelhante a uma operação urbanística de loteamento -----

Para efeitos de aplicação do disposto no n.º 5 do artigo 57.º Do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, e ulteriores alterações, os edifícios contíguos e funcionalmente ligados entre si determinam, em termos urbanísticos, impactes semelhantes a uma operação de loteamento quando reúnam as seguintes características: -----

a) Toda e qualquer construção que disponha de mais de duas caixas de escadas de acesso comum a fracções autónomas; -----

b) Tenham 10 ou mais fracções autónomas. -----

¹⁷ Artigo 43º - Áreas para espaços verdes e de utilização colectiva, infra-estruturas e equipamentos -----

1 - Os projectos de loteamento devem prever áreas destinadas à implantação de espaços verdes e de utilização colectiva, infra-estruturas viárias e equipamentos. -----

2 - Os parâmetros para o dimensionamento das áreas referidas no número anterior são os que estiverem definidos em plano municipal de ordenamento do território, de acordo com as directrizes

60/07, fica sujeita ao cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis; -----

► Considerando que, as áreas máximas a cederem para o domínio público por força do disposto no art.º 21 do Reg. do PDM seria de 2.004,7 m2 destinada a espaços públicos (espaços verdes, arruamentos viários e pedonais e estacionamento), e 1.684,00 m2 destinada a equipamentos de utilização colectiva. -----

► Considerando que, o requerente propõe ceder uma área de (1.689,77 + 1.395,69 = 3.085,46 m2) destinada a Espaços Públicos (no caso individual e concreto - proposta de Expropriação para execução da Empreitada rodoviária "Rodovia de Acesso Prioritário - A24/Hospital - Lanço 1 (Troço 1 e 2) e Rua da Fonte do Leite"). -----

► Considerando que, o pedido formulado pelo requerente ultrapassa a área máxima a exigir de acordo com o disposto na alínea a) do n.º2 do art.º 21 do Reg. do PDM. -----

► Considerando que, o requerente propõe ceder mais área do que a máxima a exigir, ou seja, de comum acordo entre o requerente e o município, face ao preceituado na alínea d) do n.º2 do art.º21 do Reg. do PDM, julga-se, salvo melhor opinião, não haver qualquer inconvenientes nas áreas propostas a ceder para o domínio público. -

► Considerando que, o pedido formulado, apesar de não contemplar áreas a ceder para equipamentos de utilização colectiva, face ao disposto na alínea b) do n.º2 do art.º 21 do Reg. do PDM, julga-se salvo melhor opinião que, não deverá o requerente compensar este

estabelecidas pelo Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território e pelo plano regional de ordenamento do território. -----

3 - Para aferir se o projecto de loteamento respeita os parâmetros a que alude o número anterior considera quer as parcelas de natureza privada a afectar àqueles fins quer as parcelas a ceder à câmara municipal nos termos do artigo seguinte. -----

4 - Os espaços verdes e de utilização colectiva, infra-estruturas viárias e equipamentos de natureza privada constituem partes comuns dos lotes resultantes da operação de loteamento e dos edifícios que neles venham a ser construídos e regem-se pelo disposto no artigo 1420º a artigo 1438º-A do Código Civil. -----

¹⁸ Artigo 44º - Cedências -----

1 - O proprietário e os demais titulares de direitos reais sobre o prédio a lotear cedem gratuitamente ao município as parcelas para implantação de espaços verdes públicos e equipamentos de utilização colectiva e as infra-estruturas que, de acordo com a lei e a licença ou autorização de loteamento, devam integrar o domínio municipal. --

2 - Para os efeitos do número anterior, o requerente deve assinalar as áreas de cedência ao município em planta a entregar com o pedido de licenciamento ou autorização. -----

3 - As parcelas de terreno cedidas ao município integram-se automaticamente no domínio público municipal com a emissão do alvará. -----

4 - Se o prédio a lotear já estiver servido pelas infra-estruturas a que se refere a alínea h) do artigo 2º ou não se justificar a localização de qualquer equipamento ou espaço verde públicos no referido prédio, ou ainda nos casos referidos no N.º 4 do artigo anterior, não há lugar a qualquer cedência para esses fins, ficando, no entanto, o proprietário obrigado ao pagamento de uma compensação ao município, em numerário ou em espécie, nos termos definidos em regulamento municipal. -----

município pela área não cedida, em virtude de ceder para espaços públicos uma área superior à máxima admissível, ou seja, em cumprimento do estipulado na alínea a) do n.º2 do art.º21 do Reg. do PDM, o município não poderá exigir para cedências ao domínio publico uma área superior a 40% da área total do terreno ($40\% * 5.011,62 \text{ m}^2 = 2.004,70 \text{ m}^2$). -----

► Considerando que, o requerente cede para espaços públicos uma área de 3.085,46 m², que foram por comum acordo (entre o requerente e o município) nomeadamente o dimensionamento dos arruamentos viários, passeios, estacionamento, área esta que já ultrapassa largamente os 40% exigidos, pelo que é nosso entendimento, que o requerente não deverá ser penalizado na compensação na área a não ceder para equipamentos. -----

► Considerando que, o estudo urbanístico proposto para o local, vai de encontro às orientações propostas pela DOTPU. -----

► Considerando que, o projecto de arquitectura propõe áreas de cedências para espaços públicos superiores aos legalmente exigidos no Plano Director Municipal; -----

► Considerando que, de acordo com o Dec-Lei 163/06 de 8 de Agosto, face à entrada em vigor a 1 de Janeiro de 2008, impõe-se que o requerente dá cumprimento às indicações previstas para este tipo de licenciamento, ou seja, 12,5 % do numero total de fogos do edifício, com o mínimo de 1 fogo; -----

► Considerando que, o projecto de arquitectura apresentado respeita o disposto no n.º3 do art.º12¹⁹ do Reg, do PDM dado possuir no mínimo 35 (1 lugar/fogo e 120,0 m² de área bruta de construção destinada a habitação colectiva, e 1 lugar por 50 m² destinada a comercio) lugares de estacionamento. -----

► Considerando que, relativamente ao estacionamento publico (no exterior), o Reg. do PDM não prevê, pelo que de acordo com a Portaria 216-B/08 acresce 20% ($0,20 * 35 = 7$ lugares), no entanto nada é proposto, dado que a via confrontante é um eixo Rodoviário de Acesso Prioritário - A24/Hospital - Lanço 1 (Troço 1 e 2) e Rua da Fonte do Leite, no qual se encontra uma faixa destinada a estacionamento, conforme perfil do arruamento anexado pela DOTPU. --

► Considerando que, a edificação apresentada pelo requerente só será viável, se a rede viária proposta para o local, for executada por esta edilidade ou pelo proponente no âmbito da operação urbanística em causa; -----

► Considerando ainda que, a execução da rede viária em causa, divide o prédio em duas parcelas, as quais só poderão efectivar-se após a conclusão do arruamento proposto; -----

Neste enfoque, julga-se salvo melhor opinião, que a edificação proposta só deverá ser possível, desde que o requerente se comprometa a executar o arruamento público existente a Poente com as infra-estruturas mínimas para a execução da obra pretendida. -----

¹⁹ Artigo 12º - Áreas para estacionamento de veículos -----
3 - Sem prejuízo de regras mais exigentes que sejam impostas por legislação de carácter geral ou do que o regulamento, planos ou projectos mencionados no número anterior venham a instituir, terão de garantir-se cumulativamente os seguintes mínimos de lugares de estacionamento: -----

a) Um lugar por cada fogo; -----
c) Um lugar por cada 120 m² de área bruta de construção destinada a habitação colectiva; -----

Proposta de Decisão -----
 O projecto de arquitectura apresentado através do requerimento n.º 853/10, está instruído de acordo com o disposto no n.º 1 e 2 do art.º 20²⁰ do Dec-Lei 555/99 e ulteriores alterações com a redacção dada pela Lei 60/07. -----

Para viabilizar a edificação pretendida, deverá o requerente dotar o arruamento público existente a Poente (caso não existam), infra-estruturas mínimas necessárias para levar a efeito tal construção. - Chama-se ainda a atenção, que a autorização de utilização, só será emitida após a automatização das parcelas de terreno, bem como execução do referido arruamento conforme projecto de execução que faz parte da Empreitada rodoviária "Rodovia de Acesso Prioritário - A24/Hospital - Lanço 1 (Troço 1 e 2) e Rua da Fonte do Leite)". -----
 Em conformidade com o disposto no n.º 4²¹ do art.º 20 do diploma legal acima referido, o requerente dispõe do prazo de seis meses para apresentação dos projectos de especialidades, conforme o preceituado no n.º 5²² do ponto 11, da Portaria 232/08: -----

²⁰ Artigo 20.º Apreciação dos projectos de obras de edificação -----
 -1 - A apreciação do projecto de arquitectura, no caso de pedido de licenciamento relativo a obras previstas nas alíneas c), d), e), f) e g) do n.º 2 do artigo 4.º, incide sobre a sua conformidade com planos municipais de ordenamento no território, planos especiais de ordenamento do território, medidas preventivas, área de desenvolvimento urbano prioritário, área de construção prioritária, servidões administrativas, restrições de utilidade pública e quaisquer outras normas legais e regulamentares relativas ao aspecto exterior e a inserção urbana e paisagística das edificações, bem como sobre o uso proposto. -----

2 - Para os efeitos do número anterior, a apreciação da inserção urbana das edificações é efectuada na perspectiva formal e funcional, tendo em atenção o edificado existente, bem como o espaço público envolvente e as infra - estruturas existentes e previstas. -

²¹ 4 - O interessado deve apresentar os projectos de engenharia das especialidades necessários à execução da obra no prazo de seis meses a contar da notificação do acto que aprovou o projecto de arquitectura caso não tenha apresentado tais projectos com o requerimento inicial -----

²² 11.º Licenciamento de obras de edificação -----

5 - Os projectos da engenharia de especialidades a que se refere a alínea m) do n.º 1, a apresentar em função do tipo de obra a executar, são nomeadamente os seguintes: -----

- a) Projecto de estabilidade que inclua o projecto de escavação e contenção periférica; -----
- b) Projecto de alimentação e distribuição de energia eléctrica e projecto de instalação de gás, quando exigível, nos termos da lei; -
- c) Projecto de redes prediais de água e esgotos; -----
- d) Projecto de águas pluviais; -----
- e) Projecto de arranjos exteriores; -----
- f) Projecto de instalações telefónicas e de telecomunicações; -----
- g) Estudo de comportamento térmico; -----
- h) Projecto de instalações electromecânicas, incluindo as de transporte de pessoas e ou mercadorias; -----
- i) Projecto de segurança contra incêndios em edifícios; -----
- j) Projecto acústico. -----

- a) Projecto de estabilidade que inclua o projecto de escavação e contenção periférica; -----
- b) Projecto de alimentação e distribuição de energia eléctrica e projecto de instalação de gás, devidamente aprovado pela entidade competente, ou sua isenção; -----
- c) Projecto de redes prediais de água e esgotos; -----
- d) Projecto de águas pluviais; -----
- f) Projecto de instalações telefónicas e de telecomunicações; -----
- g) Certificação Energética; -----
- i) Ficha técnica de segurança contra incêndios; -----
- j) Projecto acústico devidamente aprovado por empresa credenciada para o efeito -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. -----
 À Consideração Superior. -----

**DESPACHO DO VEREADOR MUNICIPAL, CARLOS AUGUSTO CASTANHEIRA PENAS
 DATADO DE 2010/04/28. -----**

Visto. Concorde. À Reunião de Câmara para deliberação. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

**3.5. CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIO DE HABITAÇÃO COLECTIVA E COMERCIO -
 PEDIDO DE APROVAÇÃO DE PROJECTO DE ARQUITECTURA - JOSE MIGUEL PINTO
 BORGES - SITO NA PRAÇA DO BRASIL, AV. SANTO AMARO - FREGUESIA DE
 SANTA MARIA MAIOR - CONCELHO DE CHAVES - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE
 GESTÃO TERRITORIAL DA ENGENHEIRA CIVIL MARIA CONCEIÇÃO ALVES MARTINS
 DATADA DE 2010/04/22 -----**

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

Antecedentes -----

O requerente através do requerimento n.º 1767/09, solicita pedido de informação prévia relativamente à viabilidade de realizar uma operação urbanística de Edificação num prédio situado na Praça do Brasil, Av. de Santo Amaro, na Freguesia de Santa Maria Maior, no Concelho de Chaves e sobre o qual recaiu o parecer técnico de 29/07/09, estando presente em reunião de câmara de 06/07/09, no qual foi deliberado concordar com a referida informação técnica. -----

Localização -----

O terreno objecto de aparecer situa-se na Praça do Brasil na Av. do Santo Amaro, na Freguesia de Santa Maria Maior, no Concelho de Chaves. -----

Enquadramento da Pretensão -----

-Com as disposições do PDM -----

De acordo com as plantas de ordenamento do Plano Director Municipal o terreno objecto de parecer localiza-se segundo a planta de ordenamento n.º 47 A do Plano Director Municipal de Chaves, em espaço de classe 1- Espaços Urbanos e Urbanizáveis, da categoria 1.1 - Cidade de Chaves. -----

Segundo as plantas de condicionantes do Plano Director Municipal, o terreno em causa não se encontra abrangido por nenhuma servidão. ---

-Com as orientações de estudos urbanísticos de gestão territorial --

Face às plantas de zonamento da proposta de Plano de Urbanização de Chaves²³ insere-se em zona de R3 (zona de baixa densidade, ou seja de densidade inferior) - para a qual está prevista uma edificabilidade máxima de 0,5 m²/m² (índice de ocupação), e um número máximo de pisos acima do solo 2. -----

Análise do Processo -----

Através do requerimento n.º 669/10 apresenta projecto de arquitectura com vista a realizar uma operação urbanística de edificação de um edifício composto por cave, r/c e andar. -----

A Memória Descritiva constante do presente pedido refere que o r/c se destina a comércio e o andar à habitação. -----

O documento comprovativo da titularidade do prédio, certidão de registo predial - registo n.º 3115/20091209 - refere prédio urbano com área de 678,0 m². -----

De acordo com o índice proposto para o local poderá edificar na totalidade 339, 0 m² (678,0 m² *0,5 =339, 0 m²). -----

Considerando que o projecto apresentado respeita o disposto no n.º3 do art.º12²⁴ do Reg. do PDM, em virtude de possuir no mínimo 7 lugares [1 lugar/fogo e 120,0 m² -(2+1) =3 área bruta de construção destinada a habitação colectiva - bem como 1 lugar/50,0 m² (4 lugares) de área bruta de construção destinada a comercio ou serviços] de estacionamento. -----

De acordo com o disposto na alínea c) do n.º1 do art. 73 do Reg. do PDM, enquanto não forem plenamente eficazes os planos de urbanização da Cidade de Chaves e da Vila de Vidago, os índices de construção a observar dentro dos respectivos perímetros urbanos são os plasmados no referido art.º 73 do Reg. do PDM. -----

No referido artigo (art.º 73 do Reg. do PDM), refere apenas zona de densidade inferior, pelo que é omissa no que diz respeito ao uso do edifício. Nestes termos não se vê qualquer inconveniente no proposto pelo requerente, ou seja, edificação de um edifício composto por cave, r/c e andar, no qual a cave destina-se a estacionamento, o r/c terá o uso de comércio/ serviços/ industria da restauração e o andar à habitação. -----

Assim, aplicando o índice proposto (0,5*678,0 =339,0 m²) poderá construir uma área máxima de 339,0 m². O requerente propõe 339,0 m² (sem a cave = 215,0 m²), dado esta não ser contabilizada para efeitos de índice de construção, em conformidade com o disposto no n.º3 do art.º 9²⁵ do Reg. do P.D.M., desde que estas fracções fiquem

²³É de 1994, sendo o instrumento de planeamento em fase de concepção, cujas orientações têm sido adoptados pelos serviços técnicos desta autarquia, para efeitos de limitação das zonas previstas no n.º1 do art.º 73 do Reg. do P.D.M. -----

²⁴ Artigo 12º - Áreas para estacionamento de veículos -----
3 - Sem prejuízo de regras mais exigentes que sejam impostas por legislação de carácter geral ou do que o regulamento, planos ou projectos mencionados no número anterior venham a instituir, terão de garantir-se cumulativamente os seguintes mínimos de lugares de estacionamento: -----

a) Um lugar por cada fogo; -----
c) Um lugar por cada 120 m² de área bruta de construção destinada a habitação colectiva; -----

²⁵ Artigo 9º - Índice de construção -----
A edificabilidade máxima em lotes ou quaisquer parcelas de terreno é determinada pelo índice de construção atribuído à classe ou

adstritos às habitações), estando presente uma edificação composta por 2 fogos e comércio, pelo que se trata de um edifício de habitação colectiva e comércio, respeitando o índice proposto para o local. -----

Na apreciação do processo em causa, e à semelhança do que se tem perfilhado em situações análogas, tem sido regra seguir as orientações plasmadas no zonamento da proposta de Plano de Urbanização de Chaves, pelo que: -----

1- A proposta enquadra-se em Zona do tipo R3, estando previsto uma edificabilidade máxima de 0,5 m²/m², respeitando o estudo proposto tal índice (0,5*678,0 = 339,0 m²); -----

2- Relativamente ao n.º máximo de pisos acima da cota de soleira é de 2 -----

3- O n.º de pisos acima do solo proposto pelo requerente, contempla um edifício de 3 pisos, sendo 2 acima do solo (r/c + andar), pelo que cumpre as disposições proposta no estudo do PU de Chaves. -----

Considera-se que o estudo urbanístico proposto para o local, vai de encontro às orientações propostas por esta Divisão, nomeadamente na edificação apenas de um edifício, com o recuo do mesmo, deixando uma faixa de protecção ao passeio, afastando assim o edifício das moradias confrontantes. -----

Cumpram-se as seguintes considerações, face ao parecer da DOTPU de 09/04/2010: -----

D P D		DEPARTAMENTO DE PLANEAMENTO E DESENVOLVIMENTO	
		O Titular do Cargo Político	
D O T P U		DIVISÃO DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E PLANEAMENTO URBANÍSTICO	
ASSUNTO:	Pedido de Licenciamento de edifício destinado a habitação colectiva com comércio no R/c		
REQUERENTE:	José Miguel Pinto Borges		
LOCAL:	Avenida de Santa Amaro - Freguesia de Santa Maria Maior		
PROCESSO Nº:	81/10	REQUERIMENTO Nº/DATA:	669/10 de 19/03/2010
<p>O Chefe de Divisão</p> <p>Visto, concordo. Neste sentido, em coerência com a estratégia de articulação dos serviços da DOTPU e da DGT, remete-se à consideração da Chefe de Divisão de Gestão Territorial a ponderação das orientações preconizadas na presente informação para efeitos da fundamentação do parecer que àquela divisão cabe emitir.</p> <p>9/04/2010</p> <p></p> <p>[Rodrigo A. L. Moreira, Arq.º]</p>			

categoria de espaços em que se localizem, nos termos dos números seguintes: -----

3) A edificabilidade que, nos termos dos números anteriores, vier a ser autorizada para um lote ou parcela engloba a totalidade das respectivas áreas edificadas e a edificar, incluindo eventuais anexos dos edifícios principais, com as seguintes excepções: -----

a) As áreas destinadas a estacionamento, mesmo quando inseridas no perímetro edificado, salvo quando forem adstritas a edifícios de habitação unifamiliar ou destinadas predominantemente à recolha ou estacionamento de veículos, oficina de reparação ou estação de serviço, casos em que tais áreas se mantêm englobadas no cálculo da edificabilidade máxima admissível; -----

b) As áreas de cave de edifícios destinadas a arrecadações adstritas a habitações, desde que se trate de edifício com componente de habitação colectiva e as referidas áreas não venham a constituir-se, ao abrigo do regime de propriedade horizontal, em fracções autónomas comercializáveis separadamente das habitações a que ficam adstritas.

1. INTRODUÇÃO

2.1. Na sequência do pedido de licenciamento formulado pelo interessado citado em epígrafe a coberto do requerimento 669/10, relacionado com uma obra de construção de um edifício destinado a habitação colectiva (2 habitações) e comércio no R/C a implementar na Avenida de Santo Amaro, a Divisão de Gestão Territorial solicita a estes serviços um parecer sobre os instrumentos de planeamento em vigor para o local.

2.2. Apenas se refere que o terreno em causa foi objecto de um pedido de informação prévia sobre a viabilidade de construção de uma moradia unifamiliar (Processo nº 215/09), o qual obteve parecer desfavorável.

2. ANÁLISE DA PRETENSÃO

2.3. Tal como é conhecimento da DGT, o único instrumento de planeamento em vigor para o local é o PDM que, no artigo 73º do respectivo Regulamento, remete para o zonamento definido na proposta do Plano de Urbanização (instrumento de gestão territorial em fase de concepção,

cujas orientações têm sido adoptadas pelos serviços técnicos desta Autarquia, para efeitos de limitação das zonas previstas no nº 1, do artigo 73º do Regulamento do Plano Director Municipal de Chaves). Segundo este zonamento, o terreno incide numa zona residencial do tipo R3, cujo índice de construção é de 0,5m²/m².

2.4. A proposta apresentada pelo requerente tem em consideração o zonamento definido na proposta do Plano de Urbanização, respeitando o índice de construção previsto para aquele lugar.

2.5. Respeita, ainda, o alinhamento de construção definido pelo edifício "Parque dos Príncipes" localizado a Norte. No entanto, a proposta agora apresentada já não prevê o alargamento do passeio, nem a faixa de estacionamento público.

2.6. Esta Divisão continua a aconselhar o alargamento do passeio no seguimento do recentemente executado no âmbito da operação urbanística do "Parque dos Príncipes", com uma largura de 5 metros, complementado por uma faixa de estacionamento paralela à Avenida de Santo Amaro, com 2,5 metros de largura. Tal estacionamento, de carácter público, julga-se necessário para o apoio da actividade comercial que se pretende desenvolver no R/c do edifício objecto da pretensão.

2.7. Além disso, considera-se ser do interesse público salvaguardar, no âmbito da apreciação desta operação urbanística, o alargamento do passeio em causa, a fim de contribuir para a coerência do perfil transversal e da imagem global da Avenida de Santo Amaro. Esta opção de ordenamento do território deverá ser respeitada sob pena de se comprometer, irremediavelmente, o alargamento futuro daquele passeio na direcção Sul, o qual ficará parcialmente condicionado por uma exígua faixa de terreno pertencente à parcela confrontante a Sul.

2.8. Considera-se que a árvore existente a Nascente do terreno (plátano) tem uma localização desfavorável, que nem contribui para o seu pleno desenvolvimento, nem para a segurança e conforto da circulação pedonal e automóvel. O tronco da árvore interrompe o lancil do passeio, ocupa parte deste e da faixa de rodagem da via, tendo tendência para agravar as condições de segurança da circulação automóvel (no sentido Santo Amaro/Praça do Brasil) e pedonal, uma vez que as suas raízes estão a causar a elevação dos pavimentos e lancis e a consequente diminuição da largura livre de circulação, bem como da segurança e conforto das pessoas com mobilidade condicionada.

2.9. Neste sentido, considera-se que esta situação, apesar de ser independente do processo em causa, deverá ser objecto de análise e emissão de parecer por parte das Divisões de Meio Ambiente e Recursos Operacionais, no âmbito das respectivas competências.

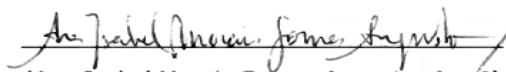
2.10. Independentemente do exposto nos itens anteriores, solicita-se:

- a) A apresentação de um levantamento topográfico detalhado, com todos os elementos relevantes (incluindo a arborização existente na envolvente imediata) e necessários para uma correcta análise da pretensão;
- b) A correcção do lugar de estacionamento destinado a pessoas com mobilidade condicionada na planta nº 01, em conformidade com o preconizado na planta nº 03.

A consideração Superior

Chaves, 7 de Abril de 2010

A Técnica Superior


(Ana Isabel Morais Gomes Augusto, Arq.^a)

Foi solicitado ainda parecer à DASU, o qual refere em 21/04/2010
que: -----

Informação nº 033 / DASU / 2010**Despacho: Director Departamento**

À ST Am a fins munit.
10/11/21
[assinatura]

Despacho: Vereador**Assunto:**

**2010/03/19 – 81/10 – Habitação Colectiva e Comercio – Praça do Brasil / Avenida de STº Amaro
– 2010/03/19 – 669/10 – Pedido Aprovação Arquitectura – José Manuel Pinto Borges**

Conforme solicitado pela Eng.ª Maria Conceição Alves Martins, Chefe da DGT para emissão de parecer sobre a árvore que recai o parecer da DOPTU relativa ao estado da mesma, cabe informar o seguinte:

Após visita ao local, para visionar a referida árvore *Platanus hispânica*, cabe informar o seguinte:

O *Platanus hispânica* encontra-se aparentemente em bom estado sanitário.

Assim, e tendo em conta os pareceres supras, é do meu entendimento, salvo melhor opinião, que: -----

► O recuo do passeio e lugares de estacionamento previstos na via publica confrontante - Av. de Santo Amaro - não é exequível, em virtude do passeio existente e que contorna as edificações da Praça do Brasil não se nos afigura a possibilidade de recuo do mesmo para os 5 m de passeio; -----

► A árvore existente no local, e de acordo com o parecer dos serviços competentes - DASU de 21/04/10 -, encontra-se em bom estado de conservação, julgando-se por conseguinte, que a mesma não deverá ser retirada ou removida; -----

► A construção proposta pelo requerente, vem no seguimento da morfologia urbana existente, habitação unifamiliar, a qual colmata um espaço devoluto existente na continuidade do prédio contíguo. Neste sentido deverá ser garantida a continuidade dos muros existentes até ao limite do terreno do requerente, passando o alargamento do passeio a ter início junto do limite do prédio a Norte até ao acesso às garagens do edifício confinante; -----

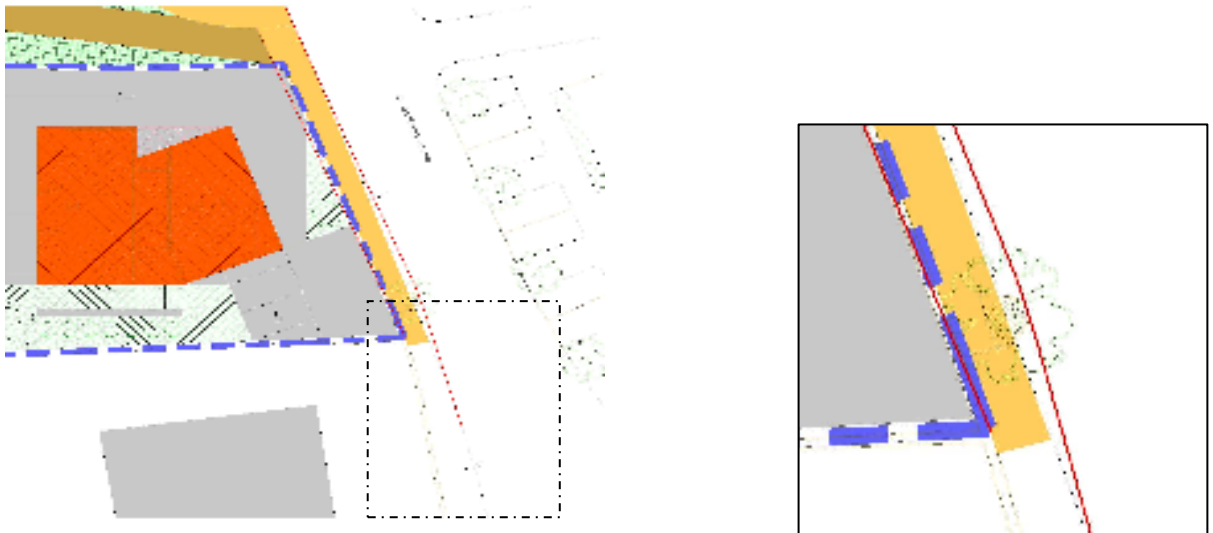
► No que diz respeito ao estacionamento proposto pelo requerente no interior do lote, vem no seguimento do parecer emitido por estes serviços técnicos, no âmbito do pedido de informação prévia; -----

► Relativamente ao aconselhamento do alargamento do passeio proposto no ponto 2.7. , bem como o estacionamento publico no ponto 2.6. do parecer da DOTPU de 09/04/10, com o qual não se concorda, dada a proximidade da rotunda, bem como não se enquadra urbanisticamente nos alinhamentos dos muros existente a Sul, conforme acima referido, reiterando o parecer técnico emitido em 29/07/09; -----

► No que diz respeito aos acessos viários ao interior do lote propostos pelo requerente, no qual sugere duas entradas, propõe-se:

- 1- Apenas uma entrada viária e outra pedonal, de forma a reduzir o conflito viário existente no local; -----
- 2- Acesso viário no interior do lote para os lugares de estacionamento propostos para pessoas com mobilidade reduzida; -----

Proposta de Decisão -----
 1- O projecto de arquitectura apresentado através do requerimento n.º 853/10, está instruído de acordo com o disposto no n.º 1 e 2 do art.º 20²⁶ do Dec-Lei 555/99 e ulteriores alterações com a redacção dada pela Lei 60/07. -----
 2- Manter a árvore no local existente, propondo-se a inclusão da mesma toda no passeio existente, obrigando ao alargamento do mesmo, ocupando cerca de 57 cm da via, conforme desenho proposto: -----



Em conformidade com o disposto no n.º⁴²⁷ do art.º.20 do diploma legal acima referido, o requerente dispõe do prazo de seis meses para apresentação dos projectos de especialidades, conforme o preceituado no n.º⁵²⁸ do ponto 11, da Portaria 232/08: -----

²⁶ Artigo 20.º Apreciação dos projectos de obras de edificação -----
 1 - A apreciação do projecto de arquitectura, no caso de pedido de licenciamento relativo a obras previstas nas alíneas c), d), e), f) e g) do n.º 2 do artigo 4.º, incide sobre a sua conformidade com planos municipais de ordenamento no território, planos especiais de ordenamento do território, medidas preventivas, área de desenvolvimento urbano prioritário, área de construção prioritária, servidões administrativas, restrições de utilidade pública e quaisquer outras normas legais e regulamentares relativas ao aspecto exterior e a inserção urbana e paisagística das edificações, bem como sobre o uso proposto. -----

2 - Para os efeitos do número anterior, a apreciação da inserção urbana das edificações é efectuada na perspectiva formal e funcional, tendo em atenção o edificado existente, bem como o espaço público envolvente e as infra - estruturas existentes e previstas. -

²⁷ 4 - O interessado deve apresentar os projectos de engenharia das especialidades necessários à execução da obra no prazo de seis meses a contar da notificação do acto que aprovou o projecto de arquitectura caso não tenha apresentado tais projectos com o requerimento inicial -----

²⁸ 11.º Licenciamento de obras de edificação -----
 5 - Os projectos da engenharia de especialidades a que se refere a alínea m) do n.º 1, a apresentar em função do tipo de obra a executar, são nomeadamente os seguintes: -----
 a) Projecto de estabilidade que inclua o projecto de escavação e contenção periférica; -----

- a) Projecto de estabilidade que inclua o projecto de escavação e contenção periférica; -----
- b) Projecto de alimentação e distribuição de energia eléctrica e projecto de instalação de gás, devidamente aprovado pela entidade competente, ou sua isenção; -----
- c) Projecto de redes prediais de água e esgotos; -----
- d) Projecto de águas pluviais; -----
- f) Projecto de instalações telefónicas e de telecomunicações; -----
- g) Certificação Energética; -----
- i) Ficha técnica de segurança contra incêndios; -----
- j) Projecto acústico devidamente aprovado por empresa credenciada para o efeito -----

Deverá ainda o requerente apresentar planta de arranjos exteriores onde conste os materiais a aplicar no passeio confrontante, arranjo com concordância da confrontação com o arruamento (por forma a incluir a árvore no mesmo) com todas as infra-estruturas inerentes à sua execução. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. -----

À Consideração Superior. -----

DESPACHO DO VEREADOR MUNICIPAL, CARLOS AUGUSTO CASTANHEIRA PENAS DATADO DE 2010/04/28. -----

Visto. Concorde. À Reunião de Câmara para deliberação. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.6. CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO COLECTIVA E COMERCIO - CONSTRUÇÕES JOFRAMAR LDA - SITO NA AVENIDA DA RAPOSEIRA, SANTO AMARO - FREGUESIA DE SANTA MARIA MAIOR - CONCELHO DE CHAVES - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO TERRITORIAL DA ENGENHEIRA CIVIL MARIA CONCEIÇÃO ALVES MARTINS DATADA DE 2010/04/208 -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

Informação -----

Face às informações prestadas pela técnica Superior Eng. Conceição Rei, e sobre as quais não se concorda, por não enquadrar devidamente a pretensão na legislação aplicável e em vigor, procedeu-se à análise da pretensão e emissão de parecer. -----

Antecedentes -----

Em 01/06/09, apresenta a requerente através do requerimento n.º 1567/09, projecto de arquitectura para construção de um edifício de

- b) Projecto de alimentação e distribuição de energia eléctrica e projecto de instalação de gás, quando exigível, nos termos da lei; -
- c) Projecto de redes prediais de água e esgotos; -----
- d) Projecto de águas pluviais; -----
- e) Projecto de arranjos exteriores; -----
- f) Projecto de instalações telefónicas e de telecomunicações; -----
- g) Estudo de comportamento térmico; -----
- h) Projecto de instalações electromecânicas, incluindo as de transporte de pessoas e ou mercadorias; -----
- i) Projecto de segurança contra incêndios em edifícios; -----
- j) Projecto acústico. -----

habitação colectiva e comercio a levar a efeito num terreno sito na Av. da Raposeira tendo sido solicitado a apresentação de elementos por forma a corrigir erros e omissões do projecto, conforme reunião com os intervenientes em 03/08/09. -----

Em 11/09/09, apresenta a requerente através do requerimento n.º 2568/09, os elementos necessários ao complemento do projecto de projecto de arquitectura, sobre o qual recaiu a informação técnica de 28/09/09, estando a mesma presente em reunião do executivo camarário de 01/10/09, o qual deliberou, por unanimidade, deferir o pedido de licenciamento da presente operação urbanística. -----

Em 23/12/09, apresenta a requerente através do requerimento n.º 3474/09, os projectos de projectos de especialidades, sobre o qual recaiu a informação técnica de 12/01/10. -----

Em 12/01/10, apresenta a requerente através do requerimento n.º 116/10, os elementos necessários ao complemento dos projectos de especialidades, sobre o qual recaiu a informação técnica de 01/02/10, estando a mesma presente em reunião do executivo camarário de 11/02/10, o qual deliberou, por unanimidade, aprovar nos termos da referida informação técnica. -----

Em 04/01/10 através do requerimento n.º 407/10, apresenta a requerente exposição para revisão do montante de compensação por área não cedida no âmbito da operação urbanística em causa, e sobre a qual recaiu a informação técnica de 25/02/10, e despacho de 25/02/10. -----

Localização do Terreno -----

O terreno objecto de intervenção localiza-se sito na Av. da Raposeira - Santo Amaro, Freguesia de Santa Maria Maior, Concelho de Chaves. -----

Análise da Pretensão -----

O requerente através do requerimento n.º 706/10 solicita: -----

- a emissão de alvará, em conformidade com o disposto no nr.1 do artigo 76 do Dec-Lei 555/99, com as alterações introduzidas pelo Dec-Lei 177/01 e com a redacção dada pela Lei 60/07 de 4 de Setembro, pelo que se emite parecer favorável ao pedido formulado pelo requerente; -----

- a solicita ainda o pagamento em prestações mensais (20 meses- de acordo com a calendarização da obra), do valor correspondente às áreas de cedência da compensação em numerário no valor de 34. 113, 75€; -----

- Solicita também o pagamento em prestações mensais (20 meses- de acordo com a calendarização da obra) das taxas de infra-estruturas urbanísticas. -----

Proposta de Decisão -----

Face ao exposto cumpre propor o seguinte: -----

- Relativamente à emissão de alvará, emite-se parecer favorável ao pedido formulado pelo requerente. -----

- Relativamente ao pagamento das taxas de infra-estruturas urbanísticas, em prestações, o pedido enquadra-se no disposto no n.º 3²⁹ do art.116 e n.º 2³⁰ do art.117 do Dec-Lei 555/99 com a redacção

²⁹ CAPÍTULO V Taxas inerentes às operações urbanísticas -----

Artigo 116.º Taxa pela realização, manutenção e reforço de infra - estruturas urbanísticas -----

3 - A emissão do alvará de licença e a admissão de comunicação prévia de obras de construção ou ampliação em área não abrangida por operação de loteamento ou alvará de obras de urbanização estão

dada pela Lei 60/07, pelo que se emite parecer favorável ao solicitado (prestações de 2 em 2 meses). -----

• No que diz respeito ao pagamento em prestações do valor correspondente às áreas de cedência feita em compensação por numerário no valor de 34.113, 75€, deixa-se à consideração superior. No entanto, esclareço a Exma. Câmara, que face à crise internacional que vivemos, desde o aumento dos combustíveis, à maior queda do mercado imobiliário, que se vive desde a 2ª guerra mundial, onde se vê nas bolsas nacional e internacionais, (empresas de construção civil cotadas por um terço do valor de há um ano atrás), as empresas do mercado da construção do nosso conselho não são excepção à regra e acompanham todo este cenário de crise. -----

Ora, é notório que o mercado imobiliário se encontra estagnado e em regressão, pelo que os empresários deste sector, vivem momentos difíceis tanto a nível económico como financeiro. -----

Seguindo o exemplo da Reserva Federal Americana, do Banco Central Europeu, da União Europeia, do Banco de Portugal e do Ministro das Finanças Teixeira dos Santos, devemos recorrer a medidas extraordinárias por forma a minorar tal efeito de "Crise". -----

Considerando todos estes aspectos, julgo salvo melhor opinião, que poderá o Município do Concelho de Chaves, contribuir com todos os meios que tem ao seu alcance, no caso concreto a autorização do pagamento da compensação de forma faseada (pagamento em prestações mensais), prestando desta forma apoio aos seus munícipes. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. -----

À Consideração Superior. -----

DESPACHO DO VEREADOR MUNICIPAL, CARLOS AUGUSTO CASTANHEIRA PENAS DATADO DE 2010/04/28. -----

Visto. Concorde. Proponho a sua aprovação. À Reunião de Câmara para deliberação. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.7. CASA DE SAUDE - PEDIDO DE APROVAÇÃO DE PROJECTOS DE ARQUITECTURA E DE ESPECIALIDADES - SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE CHAVES - SITO NO LUGAR DE VALE DO GATO - FREGUESIA DE VALDANTA - CONCELHO DE CHAVES - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO TERRITORIAL DA ENGENHEIRA CIVIL MARIA CONCEIÇÃO ALVES MARTINS DATADA DE 2010/04/16

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

Antecedentes -----

A Santa Casa de Misericórdia de Chaves apresentou em 019/12/2000, projecto de arquitectura para construção de uma Unidade de Apoio

igualmente sujeitas ao pagamento da taxa referida no número anterior. -----

³⁰ Artigo 117.º Liquidação das taxas -----

2 - O pagamento das taxas referidas nos n.os 2 a 4 do artigo anterior pode, por deliberação da câmara municipal, com faculdade de delegação no presidente e de subdelegação deste nos vereadores ou nos dirigentes dos serviços municipais, ser fraccionado até ao termo do prazo de execução fixado no alvará desde que seja prestada caução nos termos do artigo 54. -----

Integrada (UAI), a levar a efeito na Fonte do Leite, em Chaves, tendo sido aprovada por despacho em 27/12/00, entretanto o processo caducou. -----

Em 19/05/05, apresenta projecto de arquitectura para construção de uma Unidade de Apoio Integrada (UAI), a levar a efeito na Fonte do Leite, em Chaves. Foi solicitado ao requerente que completasse o processo. Posteriormente foi solicitado parecer às entidades, tendo o S.N.B. emitido parecer desfavorável. Entretanto desistiram deste projecto de arquitectura. -----

Através do requerimento n.º 2074/05 foi apresentado novo projecto de arquitectura tendo sido aprovado em reunião do executivo camarário 28/09/05. -----

Através dos requerimento n.º 1384/06, 2899/06, 364/07 e 4128/07, foram apresentados os projectos de especialidade, tendo sido proposta a sua aprovação, a qual esteve presente em reunião do executivo camarário de 14/02/08 na qual foi deliberado aprovar nos termos da informação técnica de 07/02/08, e culminou com a emissão do alvará n.º 7/09. -----

A Santa Casa da Misericórdia de Chaves, apresenta sob requerimento n.º 1112/09, referente ao processo n.º 408/05, pedido de aprovação de projecto de alterações/aditamento de uma operação urbanística de edificação - construção/instalação de uma unidade de cuidados continuados e lar de idosos (lic.ª inicial n.º 7/09), situado no lugar do Vale do Gato, freguesia de Valdanta, no concelho de Chaves. Através do requerimento n.º 1112/09 a Santa Casa da Misericórdia de Chaves, (proc.º n.º 408/05) apresenta projecto de arquitectura referente às alterações/aditamento ao alvará de licença de obras n.º 7/09, - construção/instalação de uma unidade de cuidados continuados e lar de idosos - situado no lugar do Vale do Gato, freguesia de Valdanta, no concelho de Chaves, o qual contempla alterações a nível de interiores e ampliação do edifício existente para 3 pisos (r/c, 1.º e 2.º andar) e com área de 4. 293,70 m², pelo que houve uma ampliação de 1.383,5 m², e sobre a qual recaiu a informação técnica de 04/02/10 tendo estado presente em reunião do executivo camarário de 11/02/10 na qual foi deliberado aprovar nos termos da informação técnica atrás citada. -----

Através do requerimento n.º 446/10 a Santa Casa da Misericórdia de Chaves solicita a emissão de Declaração comprovativa em como a unidade de cuidados continuados integrados de Chaves está licenciada, e sobre o qual recaiu a informação técnica de 01/03/10, tendo emitida a referida declaração com despacho de 02/03/10. -----

Localização -----
O terreno objecto de intervenção localiza-se no Lugar do Vale do Gato (Fonte do Leite), Freguesia de Valdanta. -----

Enquadramento da Pretensão -----
De acordo com as plantas de ordenamento do Plano Director Municipal o terreno objecto de parecer insere-se parte na Classe 1- Espaços Urbanos e Urbanizáveis, e na Categoria 1.1- Cidade de Chaves e a restante parte na Classe 4 - Espaços Agrícolas e Florestais, e na Categoria 4.2 -Espaços Agrícolas e Sub-categoria 4.2.A - Espaços Agrícolas Defendidos (RAN). -----

Segundo as plantas de condicionantes do Plano Director Municipal, o terreno faz fronteira com uma linha de água, pelo que possui servidão e restrição de utilidade publica do domínio publico hídrico - Leitões dos cursos de agua - nas margens das aguas não navegáveis nem flutuáveis (servidão de 10,0 m de largura). -----

-Com as orientações de estudos urbanísticos de gestão territorial --
Na parte de terreno que se insere na Classe 1 enquadra-se em duas situações: -----

1.^a- Parte do terreno localiza-se em zona de R2, de acordo com as plantas de zonamento da proposta de Plano de Urbanização de Chaves³¹, estando previsto uma edicabilidade máxima de 0,8 m²/m² (índice de ocupação), com o n.º máximo de 4 pisos acima do solo (r/c +3 andares). -----

2.^a- Existe uma faixa de terreno que se insere em Zona Livre de Protecção e Enquadramento face ao disposto nas plantas de zonamento da proposta de Plano de Urbanização de Chaves. -----

Análise do Processo -----
Através do requerimento n.º 203/10 a Santa Casa da Misericórdia de Chaves, (proc.º n.º 408/05) apresenta novo projecto de arquitectura às alterações/aditamento ao alvará de licença de obras n.º 7/09, bem como projecto aprovado em reunião do executivo camarário de 11/02/10 - construção/instalação de uma unidade de cuidados continuados e lar de idosos - situado no lugar do Vale do Gato, freguesia de Valdanta, no concelho de Chaves. -----

O edifício construído através do alvará de licença de obras n.º 7/09 localiza-se, a maior parte na Zona Livre de Protecção e Enquadramento, de acordo com planta constante no processo. -----

O alvará de licença de obras n.º 7/09 refere-se a construção de um edifício composto por dois pisos, r/c e andar com área total de construção de 2.910,20 m². -----

O 1.º projecto de alterações - requerimento n.º 1112/09 - contempla alterações a nível de interiores e ampliação do edifício existente para 3 pisos (r/c, 1.º e 2.º andar) e com área de 4. 293,70 m², pelo que houve uma ampliação de 1.383,5 m². -----

O 2.º projecto de alterações contempla alterações - requerimento n.º 203/10 - contempla alterações a nível de ampliação, com a construção de dois edifícios de apoio - fisioterapia (com área de 479,5 m²) e lavandaria (com área de 156,0 m²). -----

O 3.º projecto de alterações contempla alterações - requerimento n.º 796/10 - consta as contempladas no requerimento n.º 203/10 (alterações a nível de ampliação, com a construção de dois edifícios de apoio - fisioterapia e lavandaria), bem como alteração da delimitação do terreno, implantação dos edifícios e ainda uma área de ampliação de 28,30 m² (destinado a arrumos de gases medicinais). -----

O registo da conservatória existente (registo n.º 1650/20060530), refere terreno urbano com 10.398,0 m², com confrontações a Norte com Agostinho José Pereira, a Sul e Poente com Caminho Publico, a Nascente com Santa Casa da Misericórdia de Chaves. -----

Ora, para efeitos da área máxima de construção para o terreno na sua totalidade (At = 10. 398,0 m²) o índice a contabilizar Ic=0,8 m²/m²), o que poderia edificar uma área de 8.318,4 m² (10.398,0 * 0,8 = 8.318,4 m²). -----

A área existente e licenciada é de 2.910,20 m². A área proposta para regularização é de 1.383,5 m² + 156,0 m² + 28,30 m² =1.567,8 m²., Sendo pois, na totalidade a área a edificar de 4.478,0 m² < 8.318,4 m², respeitando por conseguinte a área máxima admissível. -----

³¹É de 1994, sendo o instrumento de planeamento em fase de concepção, cujas orientações têm sido adoptados pelos serviços técnicos desta autarquia, para efeitos de limitação das zonas previstas no n.º1 do art.º 73 do Reg. do P.D.M. -----

Foram solicitados novos pareceres tendo sido emitidos pela -----

- Segurança Social parecer favorável - aditamento referente à informação técnica de - 23/04/10; -----
- Delegação de Saúde, emitiu parecer favorável (em - 15/03/2010) qual se deverá dar cópia ao requerente afim de dar o devido cumprimento; -----
- Autoridade Nacional de Protecção Civil, o qual emite parecer favorável (Ref.n.º028030/2010 de 19/03/10) qual se deverá dar cópia ao requerente afim de dar o devido cumprimento; -----
- Reserva Agrícola Nacional (RN401/FF); -----

O projecto de arquitectura/alterações apresentados sob requerimentos n.º 1112/09, n.º 203/10 e n.º 796/10 , está instruído de acordo com o disposto no n.º1 e 2 do art.º 20³² do Dec-Lei 555/99 e ulteriores alterações com a redacção dada pela Lei 60/07, pelo que se propõe a sua aprovação, bem como respeita o índice proposto para o local. ---

No processo consta ainda os projectos de especialidades referentes às alterações acima referidas -----

Encontram-se em condições de merecer parecer favorável. -----

Proposta de Decisão -----

Face ao exposto julga-se salvo melhor opinião, propor-se a aprovação do projecto de arquitectura/alterações, apresentado através dos requerimentos n.º 1112/09, 203/10 e 796/10. -----

Os projectos de especialidades, encontram-se em condições de merecer parecer favorável, pelo que se propõe a sua aprovação. -----

O requerente poderá levantar a respectiva licença, dando cumprimento ao exposto no nr.1 do artigo 76 do Dec-Lei 555/99, com as alterações introduzidas pelo Dec-Lei 177/01, alterado e republicado pela Lei n.º 60/2007, de 4 de Setembro, o requerente tem um ano para apresentar nestes serviços e se possa emitir a respectiva licença de construção, os elementos previstos no ponto 1 do nr.3 da Portaria nr. 216-E/2008, nomeadamente: -----

1 - O pedido de emissão de alvará de licenciamento ou de autorização de obras de edificação deve ser instruído com os seguintes elementos: -----

- a) Apólice de seguro de construção, quando for legalmente exigível;
- b) Apólice de seguro que cubra a responsabilidade pela reparação dos danos emergentes de acidentes de trabalho, nos termos previstos na Lei N.º 100/1997, de 13 de Setembro; -----

³² Artigo 20.º Apreciação dos projectos de obras de edificação -----

1 - A apreciação do projecto de arquitectura, no caso de pedido de licenciamento relativo a obras previstas nas alíneas c), d), e), f) e g) do n.º 2 do artigo 4.º, incide sobre a sua conformidade com planos municipais de ordenamento no território, planos especiais de ordenamento do território, medidas preventivas, área de desenvolvimento urbano prioritário, área de construção prioritária, servidões administrativas, restrições de utilidade pública e quaisquer outras normas legais e regulamentares relativas ao aspecto exterior e a inserção urbana e paisagística das edificações, bem como sobre o uso proposto. -----

2 - Para os efeitos do número anterior, a apreciação da inserção urbana das edificações é efectuada na perspectiva formal e funcional, tendo em atenção o edificado existente, bem como o espaço público envolvente e as infra - estruturas existentes e previstas. -

c) Termo de responsabilidade assinado pelo técnico responsável pela direcção técnica da obra; -----

d) Declaração de titularidade de certificado de classificação de industrial de construção civil ou título de registo na actividade, a verificar no acto de entrega do alvará com a exibição do original do mesmo; -----

e) Livro de obra, com menção do termo de abertura; -----

f) Plano de segurança e saúde. -----

O alvará de licença de construção n.º 07/09 possui o prazo de validade até 21/01/10, pelo que o alvará de licença de obras se encontra caducado. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. -----

À Consideração Superior. -----

DESPACHO DO VEREADOR MUNICIPAL, CARLOS AUGUSTO CASTANHEIRA PENAS DATADO DE 2010/04/28. -----

Visto. Concordo. À Reunião de Câmara para deliberação. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

VII

OBRAS PÚBLICAS E EMPREITADAS:

1- URBANIZAÇÃO

1.1. PAVIMENTAÇÃO DA LIGAÇÃO DA A24 - ALTO DA COCANHA.-AUTO DE MEDIÇÃO N°06/DE/2010 -----

Foi presente para aprovação e autorização de pagamento o Auto de Medição n°06/DE/2010, da empreitada em epígrafe, cujo adjudicatário é a firma,Higino Pinheiro & Irmão, S.A , no valor de 100.380,15 €, IVA não incluído, que se dá aqui por integralmente reproduzido, para todos os efeitos legais: -----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO, ENG°JOSÉ ANTÓNIO T.F.CARNEIRO, DE 28/04/2010. -----

Visto. -----

DEPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, DR. JOÃO BATISTA DE 28.04.2010. -----

À reunião de câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o referido auto e autorizar o respectivo pagamento no valor de 100.380,15 €, (cem mil trezentos e oitenta euros e quinze cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor. -----

1.2. CONSTRUÇÃO DO POLIDESPORTIVO NA QUINTA DA TRINDADE.-AUTO DE MEDIÇÃO N°03/DE/2010 -----

Foi presente para aprovação e autorização de pagamento o Auto de Medição n°03/DE/2010, da empreitada em epígrafe, cujo adjudicatário é a firma,Socorpena Construção e Obras Públicas, Lda, no valor de 41.189,60 €, IVA não incluído, que se dá aqui por integralmente reproduzido, para todos os efeitos legais:-----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO, ENGº JOSÉ ANTÓNIO T.F. CARNEIRO, DE 28/04/2010 -----

Visto. -----

DEPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, DR. JOÃO BATISTA DE 28.04.2010. -----

À reunião de câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o referido auto e autorizar o respectivo pagamento no valor de 41.189,60 € (quarenta e um mil cento e oitenta e nove euros e sessenta cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor. -----

1.3. ORDENAMENTO DO LARGO DE SANTA ANA - CASA MORTUÁRIA - NANTES.- AUTO DE MEDIÇÃO Nº05/DE/2010 -----

Foi presente para aprovação e autorização de pagamento o Auto de Medição nº05/DE/2010, da empreitada em epígrafe, cujo adjudicatário é a firma, Sincof, Ind.de Const.Flaviense, Lda, no valor de 3.652,21€, IVA não incluído, que se dá aqui por integralmente reproduzido, para todos os efeitos legais: -----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO, ENGº JOSÉ ANTÓNIO T.F. CARNEIRO, DE 28/04/2010 -----

Visto. -----

DEPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, DR. JOÃO BATISTA DE 28.04.2010. -----

À reunião de câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o referido auto e autorizar o respectivo pagamento no valor de 3.652,21€ (três mil seiscentos e cinquenta e dois euros e vinte um cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor. -----

1.4. CONSTRUÇÃO DO CENTRO ESCOLAR DE SANTA CRUZ/TRINDADE.- AUTO DE MEDIÇÃO Nº18/DE/2010 -----

Foi presente para aprovação e autorização de pagamento o Auto de Medição nº18/DE/2010, da empreitada em epígrafe, cujo adjudicatário é a firma, Edinorte, Edificações Nortenhass, S.A, no valor de 390.140,37€, IVA não incluído, que se dá aqui por integralmente reproduzido, para todos os efeitos legais: -----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO, ENGº JOSÉ ANTÓNIO T.F. CARNEIRO, DE 28/04/2010 -----

Visto. -----

DEPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, DR. JOÃO BATISTA DE 28.04.2010. -----

À reunião de câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o referido auto e autorizar o respectivo pagamento no valor de 390.140,37€, (trezentos e noventa mil cento e quarenta euros e trinta e sete cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor. ---

1.5. REQUALIFICAÇÃO DAS VIAS MARGINAIS AO CENTRO ESCOLAR DE SANTA CRUZ/TRINDADE. RELATORIO FINAL -----

Foi presente o relatório identificado em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

Aos 28 dias do mês de Abril de 2010, na Divisão de Empreitadas, reuniu o Júri designado para o concurso supramencionado, constituído pelos seguintes membros: -----

- Presidente: José António Teixeira Fernandes Carneiro, Director de Departamento de Obras Municipais Ambiente e Serviços Urbanos; -----

- 1.º Vogal: Amélia Cristina Gonçalves Rodrigues, Chefe de Divisão de Empreitadas; -----

- 2.º Vogal: Fernanda Maria Duro Borges Morais Serra, Técnica superior na Divisão de Empreitadas; -----

com o fim de tornar definitivo o relatório preliminar - sentido de adjudicação, no sentido de permitir a prática do acto adjudicatório, no âmbito do presente procedimento. -----

No passado dia 20 de Abril procedeu-se á notificação do projecto de decisão final aos concorrentes, tendo-lhes sido concedidos 5 dias para se pronunciarem sobre o mesmo -----

Esgotado o prazo para o exercício do direito de participação na tomada de decisão - audiência prévia escrita, nenhum dos concorrentes apresentou qualquer sugestão quanto ao sentido da decisão. -----

Assim, o Júri deliberou por unanimidade, o seguinte: -----

a) Tornar definitivo, para efeitos de adjudicação, o sentido de adjudicação exposto no relatório preliminar - adjudicação da empreitada "Requalificação das Vias marginais ao Centro Escolar de Santa Cruz/Trindade" à empresa "Anteros Empreitadas, Sociedade de Construção e Obras públicas, S.A" pelo valor de 187.990,86€ (Cento e oitenta e sete mil novecentos e noventa euros e oitenta e seis cêntimos), IVA não incluído, com um prazo de execução de 60 dias -, remetendo-se o mesmo - relatório final - à entidade competente para autorizar despesa, no caso, a Câmara Municipal; -----

b) Que seja aprovada a minuta do contrato em anexo, nos termos do n.º2 do artigo 98º do CCP. -----

c) Nos termos do ponto 4 do artº 126 do CCP, que sejam dados 10 dias ao adjudicatário para apresentar os documentos de habilitação referidos nos pontos 1 e 2 do art.º 81 do mesmo diploma.-----

Nada mais havendo a tratar, elaborou-se o presente relatório, que vai ser assinado pelos membros do júri -----

O Júri -----

O Presidente -----

(José António Teixeira Fernandes Carneiro) -----

Os Vogais-----

(Amélia Cristina Gonçalves Rodrigues) -----

(Fernanda Maria Duro Borges Morais Serra) -----

MINUTA DO CONTRATO PARA EXECUÇÃO DA EMPREITADA "REQUALIFICAÇÃO DAS VIAS MARGINAIS AO CENTRO ESCOLAR DE SANTA CRUZ/TRINDADE" -----

No dia ... de de 2010, nesta cidade de Chaves, no Edifício dos Paços do Concelho, celebram o presente contrato de execução de empreitada pelo preço contratual de € **187 990,86 (cento e oitenta e sete mil, novecentos e noventa euros e oitenta e seis cêntimos)**, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, nos termos do disposto no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro: -----

Como Primeiro Outorgante, MUNICÍPIO DE CHAVES, titular do Cartão de Pessoa Colectiva de Direito Público N° 501205551, com sede em Chaves, neste acto legalmente representado pelo Presidente da Câmara, Sr. Dr. João Gonçalves Martins Batista, casado, natural da

freguesia de Vila da Ponte, Concelho de Montalegre, com domicílio necessário no Edifício dos Paços do Concelho, Praça de Camões, em Chaves. -----

E -----
Como Segundo Outorgante, ANTEROS EMPREITADAS, SOCIEDADE DE CONSTRUÇÕES E OBRAS PÚBLICAS, SOCIEDADE ANÓNIMA, com sede em S. Fraústo, Estrada de Braga, em Chaves, Pessoa Colectiva nº 500719616, com o mesmo número de matrícula na Conservatória do Registo Comercial de Chaves, titular do Alvará de Construção nº 6176, com o capital social de 4.750.000 euros, legalmente representada por Mário José Marques Luís, casado, natural de Angola, residente em Chaves, titular do Cartão do Cidadão número 07790207, válido até 01/10/2013, emitido pelas entidade competentes da Republica Portuguesa e por Luís Filipe Duarte de Sá, casado, natural de Angola, residente em Chaves, titular do Bilhete de Identidade nº 11395898, emitido em 13/12/2006, pelos SIC em Vila Real, na qualidade de, respectivamente, Administrador e Procurador da mencionada sociedade, conforme poderes constantes na Certidão Permanente e Procuração que me foram presentes, documentos que ficam arquivados em anexo ao presente contrato -----

Cláusula 1ª -----
(Objecto do Contrato/Empreitada) -----

1. O presente contrato tem por objecto a execução da empreitada **"Requalificação das Vias Marginais ao Centro Escolar de Santa Cruz/Trindade"**, pelo preço de € **187 990,86** (cento e oitenta e sete mil, novecentos e noventa euros e oitenta e seis cêntimos), que não inclui o IVA à taxa legal em vigor. -----
 2. A presente empreitada foi adjudicada pelo primeiro outorgante ao segundo outorgante, e aprovada a respectiva minuta do contrato, por deliberação camarária do passado dia .../05/2010, precedida de anúncio, em conformidade com o Programa de Procedimento, Caderno de Encargos, Projecto de Execução, Plano de Segurança e Saúde e Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção e Demolição desta empreitada, devidamente aprovados por deliberação de 01/03/2010, nos termos da proposta apresentada pelo segundo contratante, bem como lista de preços unitários a ela anexa, documentos que aqui se dão por integralmente reproduzidos e que ficam arquivados junto do presente contrato. -----

Cláusula 2ª -----
Prazo de Execução -----

A referida empreitada deverá estar concluída no prazo de **60 (sessenta) dias**, a contar da data do auto de consignação dos trabalhos, que deverá ser celebrado no prazo máximo de trinta dias, a contar da data da assinatura do presente contrato, assumindo o segundo contratante o compromisso de ter a empreitada totalmente concluída dentro do citado prazo. -----

Cláusula 3ª -----
Prazo de Garantia da Obra -----

1. O prazo de garantia varia de acordo com os seguintes tipos de defeitos: -----
 a) 10 anos para os defeitos que incidam sobre elementos construtivos estruturais. -----
 b) 5 anos para os defeitos que incidam sobre elementos construtivos não estruturais ou instalações técnicas. -----
 c) 2 anos para os defeitos que incidam sobre equipamentos afectos à obra, mas dela autonomizáveis. -----

2. Caso tenham ocorrido recepções provisórias parcelares, o prazo de garantia fixado nos termos do número anterior é igualmente aplicável a cada uma das partes da obra que tenham sido recebidas pelo dono da obra. -----

3. Exceptuam-se do disposto no nº1 as substituições e os trabalhos de conservação que derivem do uso normal da obra ou de desgaste e depreciação normais consequentes da sua utilização para os fins a que se destina. -----

Cláusula 4ª -----

Pagamentos -----

1 - Os pagamentos a efectuar pelo primeiro contratante têm uma periodicidade mensal, sendo o seu montante determinado por medições mensais a realizar de acordo com a Cláusula 26ª do Caderno de Encargos da empreitada objecto do presente contrato, bem como na Cláusula 32ª do mesmo Caderno. -----

2 - Os pagamentos são efectuados no prazo máximo de 60 dias após a apresentação da respectiva factura. -----

Cláusula 5ª -----

Revisão de Preços -----

1. A revisão dos preços contratuais, como consequência de alteração dos custos de mão-de-obra, de materiais ou de equipamentos de apoio durante a execução da empreitada, é efectuada nos termos do Decreto-Lei nº 6/2004, de 6 de Janeiro, na modalidade: Fórmula -----

2. A revisão de preços obedece à seguinte fórmula: **F 10 - Estradas** - publicada no despacho nº 1592/2004 (2ª série), de 8 de Janeiro. ----

3. Os diferenciais de preços, para mais ou para menos, que resultem da revisão de preços da empreitada são incluídos nas situações de trabalhos. -----

Cláusula 6ª -----

(Dotação Orçamental) -----

A empreitada consta no Plano de Actividades/Orçamento do segundo contratante para o corrente ano, tendo o encargo resultante deste contrato cabimento nas rubricas com a seguinte classificação: Económica:; Acção: -----

Cláusula 7ª -----

Garantia para Cumprimento das Obrigações por parte do Segundo Outorgante -----

De acordo com o disposto no nº2, do Artigo 88º do Código dos Contratos Públicos, não há lugar à prestação de caução por parte do segundo contratante, havendo no entanto lugar à retenção de 10% do valor dos pagamentos a efectuar. -----

Cláusula 8ª -----

Foro Competente -----

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Círculo de Mirandela, com expressa renúncia a qualquer outro. -----

Cláusula 9ª -----

Prevalência -----

1 - Consideram-se como condições a observar na execução da empreitada, as expressas no contrato, no caderno de encargos e na proposta que foi apresentada pelo segundo outorgante. -----

2 - Em caso de dúvidas prevalece em primeiro lugar o caderno de encargos, seguidamente a proposta que foi apresentada pelo segundo outorgante, e em último lugar o texto do presente contrato, nos termos do disposto no nº6, do artº 96º, do CCP. -----

Cláusula 10ª -----

Legislação aplicável -----

A tudo o que não esteja previsto no presente contrato aplica-se o disposto no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro, e na restante legislação aplicável. --

Cláusula 11ª -----**Disposições finais -----**

1 - Os pagamentos efectuados ao abrigo do presente contrato serão efectuados após a verificação dos formalismos legais em vigor para o processamento das despesas públicas. -----

2 - O procedimento por concurso público, relativo ao presente contrato foi autorizado por deliberação camarária do passado dia 01/03/2010. -----

3 - O procedimento por concurso público, relativo ao presente contrato foi adjudicado por deliberação camarária do passado dia .../05/2010; -----

4 - Não se registaram quaisquer ajustamentos ao conteúdo do presente contrato. -----

5 - Foram apresentados pelo segundo outorgante: Registo Criminal, Alvará de Construção, documentos comprovativos da situação contributiva regularizada perante a Segurança Social e Serviço de Finanças, e Declaração Modelo II, anexo ao CCP. -----

O Primeiro Contratante: -----

O Segundo Contratante: -----

Contrato nº .../10 -----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO, ENGº JOSÉ ANTÓNIO T.F. CARNEIRO, DE 28/04/2010 -----

Visto. -----

DEPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, DR. JOÃO BATISTA DE 28.04.2010. -----

À reunião de câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a respectiva minuta do contrato, nos termos do relatório técnico final supra identificado. Proceda-se em conformidade com o teor do mesmo. Notifique-se. -----

2- SANEAMENTO E SALUBRIDADE**2.1. REDE DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS DA PASTORIA.-AUTO DE MEDIÇÃO Nº07/DE/2010 -----**

Foi presente para aprovação e autorização de pagamento o Auto de Medição nº07/DE/2010, da empreitada em epígrafe, cujo adjudicatário é a firma, Sincof, Soc. Ind. de Const. Flaviense, Lda, no valor de 19.012,91 €, IVA não incluído, que se dá aqui por integralmente reproduzido, para todos os efeitos legais: -----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO, ENGº JOSÉ ANTÓNIO T.F. CARNEIRO, DE 28/04/2010. -----

Visto. -----

DEPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, DR. JOÃO BATISTA DE 28.04.2010. -----

À reunião de câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o referido auto e autorizar o respectivo pagamento no valor de 19.012,91 €, (dezanove mil doze euros e noventa e um cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor. -----

2.2. REDE DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS DA PASTORIA.-AUTO DE MEDIÇÃO N°08/DE/2010 -----

Foi presente para aprovação e autorização de pagamento o Auto de Medição n°08/DE/2010, da empreitada em epígrafe, cujo adjudicatário é a firma, Sincof, Soc.Ind. de Const.Flaviense, Lda, no valor de 2.006,35 €, IVA não incluído, que se dá aqui por integralmente reproduzido, para todos os efeitos legais. -----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO, ENG° JOSÉ ANTÓNIO T.F.CARNEIRO, DE 28/04/2010. -----

Visto. -----

DEPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, DR. JOÃO BATISTA DE 28.04.2010. -----

À reunião de câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o referido auto e autorizar o respectivo pagamento no valor de 2.006,35 €, (dois mil seis euros e trinta e cinco cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor. -----

2.3. SANEAMENTO BÁSICO DE FRANCE.-AUTO DE MEDIÇÃO N°09/DE/2010. ----

Foi presente para aprovação e autorização de pagamento o Auto de Medição n°09/DE/2010, da empreitada em epígrafe, cujo adjudicatário é a firma, Estevão Vinhais Chaves Unipessoal, Lda, no valor de 21.937,60 €, IVA não incluído, que se dá aqui por integralmente reproduzido, para todos os efeitos legais: -----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO, ENG° JOSÉ ANTÓNIO T.F.CARNEIRO, DE 28/04/2010. -----

Visto. -----

DEPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, DR. JOÃO BATISTA DE 28.04.2010. -----

À reunião de câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o referido auto e autorizar o respectivo pagamento no valor de 21.937,60 € (vinte e um mil novecentos e trinta e sete euros e sessenta cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor. -----

2.4. SANEAMENTO BÁSICO DE FRANCE.-AUTO DE MEDIÇÃO N°10/DE/2010 -----

Foi presente para aprovação e autorização de pagamento o Auto de Medição n°10/DE/2010, da empreitada em epígrafe, cujo adjudicatário é a firma, Estevão Vinhais Chaves Unipessoal, Lda, no valor de 6.296,30€, IVA não incluído, que se dá aqui por integralmente reproduzido, para todos os efeitos legais: -----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO, ENG° JOSÉ ANTÓNIO T.F.CARNEIRO, DE 28/04/2010. -----

Visto. -----

DEPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, DR. JOÃO BATISTA DE 28.04.2010. -----

À reunião de câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o referido auto e autorizar o respectivo pagamento no valor de 6.296,30€, (seis mil duzentos e noventa e seis euros e trinta cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor. -----

3- HIGIENE PÚBLICA**4- CEMITÉRIOS****5- PROTECÇÃO CIVIL****5.1. CONTRATO DE GESTÃO/PROCURAÇÃO - INFRA-ESTRUTURAS DE PREVENÇÃO E APOIO AO COMBATE DE FOGOS FLORESTAIS - INFORMAÇÃO N28/DASU/GTF/2010**

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

Na prossecução dos objectivos: aumentar a resistência e resiliência dos espaços florestais aos incêndios, reduzir a incidência dos incêndios florestais e infra-estruturar o território, o Município de Chaves, em Março de 2009, apresentou uma candidatura ao programa PRODER, Acção 2.3.1, Subacção -2.3.1PA, na qual se propôs beneficiar 5 pontos de água (Casa da Floresta de Faiões, Casa da Floresta de Orjais, Casa da Floresta de Sanjurge, Ponte de São Tiago e Brunheiro) e construir novos 5 pontos de água (Arcossó, Anelhe, Pastoria, Soutelinho e São Julião de Montenegro). -----

Decorrente da análise da candidatura foi-nos solicitado diversos documentos, dos quais se enfatizam os respeitantes à comprovação da autorização dos detentores dos espaços onde incidem as operações de investimento, quando o beneficiário não seja o titular dos terrenos.

Legislação em vigor -----

Ao abrigo da alínea j), do artigo 13.º, da lei n.º 159/99, de 14 de Setembro, os Municípios dispõem de atribuições no domínio da Protecção Civil e é da competência dos órgãos municipais a realização de investimentos na construção e manutenção de infra-estruturas de prevenção e apoio ao combate a fogos florestais (alínea e, do artigo 13.º, da lei n.º 159/99 de 14 de Setembro). ---

A portaria n.º 1137-C/2008, de 9 de Outubro refere: -----

1. No seu artigo 5.º "tipologia dos Investimentos", que podem ser concedidos apoios para a construção e beneficiação de pontos de água integrados na rede de pontos de água; -----

2. No artigo 7.º "Beneficiários", consta que os organismos da administração local, entre outros podem beneficiar dos apoios previstos no presente regulamento; -----

3. O Artigo 9.º "Critérios de elegibilidade das operações" refere que podem beneficiar dos apoios previstos no presente Regulamento os projectos de investimento que se enquadrem num dos objectivos previstos: -----

a) Incidam em espaços florestais; -----

b) Tenham início após a data de apresentação do pedido de apoio, sem prejuízo do disposto no artigo 25.º; -----

c) Apresentem coerência técnica, nomeadamente no que respeita à conformidade com os planos regionais de ordenamento florestal e demais instrumentos de planeamento e gestão aplicáveis; -----

d) Cumpram as disposições legais aplicáveis aos investimentos propostos, designadamente, em matéria de autorização e licenciamento; -----

e) Disponham de autorização dos detentores dos espaços onde incidem as operações de investimento, quando o beneficiário não seja o titular dos terrenos. -----

4. A Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro estabelece o regime jurídico do funcionamento dos órgãos dos municípios e das freguesias, assim como as respectivas competências. -----

Parecer -----

Atendendo, às atribuições dos Municípios no domínio da Protecção Civil, da competência dos órgãos municipais na realização de investimentos na construção e manutenção de infra-estruturas de prevenção e apoio ao combate a fogos florestais na qual se enquadram a construção e beneficiação de pontos de água de apoio ao combate a incêndios Florestais; -----

Decorrente, das orientações do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios e considerando que os pontos de água existentes ou propostos no âmbito do planeamento local, municipal e regional de Defesa da Floresta Contra Incêndios (DFCI), nos termos da portaria n.º 133/2007 de 26 de Janeiro, devem atender à optimização da sua disposição territorial em cada região, garantindo, designadamente, que os pontos de água de 1.ª ordem, para o abastecimento de meios aéreos, devem estar distribuídos por forma que **toda a superfície dos espaços florestais esteja incluída na zona tampão de 2,5 km** envolventes ao pontos de água; -----

Dado que, os espaços florestais do Concelho de Chaves se enquadram, na sua maioria (55,45 %) na zona tampão superior a 2,5 km (mapa 1 em anexo); -----

Assim, e de acordo com o preceituado o Município de Chaves, apresentou uma candidatura ao programa PRODER, Acção 2.3.1, Subacção -2.3.1PA, através da qual pretende beneficiar 5 pontos de água (Casa da Floresta de Faiões, Casa da Floresta de Orjais, Casa da Floresta de Sanjurge, Ponte de São Tiago e Brunheiro) e construir 5 novos pontos de água (Arcossó, Anelhe, Pastoria, Soutelinho e São Julião de Montenegro, de forma a aumentar a resistência e resiliência dos espaços florestais aos incêndios, reduzir a incidência dos incêndios florestais e infra-estruturar o território. -----

A presente intervenção com um custo total estimado de 94 125,60 €, prevê uma comparticipação financeira de 70% e fruto da intervenção proposta, os espaços florestais, do concelho, ficarão mais protegidos, dos actuais (55,45 %) na zona tampão superior a 2,5 km, iremos ter apenas 30 % dos espaços florestais fora da zona tampão definida na legislação em vigor (mapa 2 em anexo). -----

Mais se informa, que o Município de Chaves não é proprietário das áreas objecto de intervenção, sendo os seus proprietários/gestores os constantes no quadro 1. -----

Quadro 1 - Tipo de titularidade e proprietário/gestor da área proposta de intervenção. -----

Tipo Intervenção	Pontos de Água	Tipo de Titularidade	Proprietário/Gestor
Beneficiação	Ponte de São Tiago	Baldio	Conselho Directivo de Baldios de Couto de Ervededo
	Casa da Floresta Orjais	Baldio	Conselho Directivo de Baldios de Orjais
	Brunheiro	Privado	Compartes
	Casa da Floresta de Faiões	Baldio	Junta de Freguesia de Faiões
	Casa da Floresta de Sanjurge	Baldio	Junta de Freguesia de Faiões
Construção	Anelhe/Souto Velho	Baldio	Junta de Freguesia de Anelhe
	Soutelinho da Raia	Privado	Junta de Freguesia de Soutelinho da Raia
	Pastoria	Baldio	Conselho Directivo de Baldios da Pastoria
	Arcossó	Privado	Junta de Freguesia de Arcossó
	São Julião de Montenegro	Privado	Augusta de Jesus Miranda Soares

Assim, e de forma a dar resposta ao constante na alínea e), da portaria n.º 1137-C/2008, de 9 de Outubro, o qual condiciona o

proponente, Município de Chaves, a apresentar as respectivas autorizações dos detentores dos espaços, onde incidem as operações de investimento, quando o beneficiário não seja o titular dos terrenos, solicita-se a adopção da seguinte estratégia procedimental: -----

□ Em reunião do executivo camarário seja aprovada a minuta de Contrato de Gestão e da Procuração cujo texto integral se transcreve em anexo. -----

À consideração Superior -----

Chaves, 27 de Abril de 2010 -----

O Técnico Superior -----

(Eng.º Sílvio José Sevivas Silva)-----

Anexo: -----

▪ Minuta de Contrato de Gestão e da Procuração; -----

▪ Mapas. -----

MINUTA CONTRATO DE GESTÃO OU PROCURAÇÃO -----

PRIMEIRO OUTORGANTE: Freguesia de Soutelinho da Raia, Número de Pessoa Colectiva n.º 506841553, aqui representada pelo Sr. Álvaro Alves Ferreira, na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia de Soutelinho da Raia, sita no largo da Portela, Localidade de Soutelinho, Freguesia de Soutelinho da Raia, Concelho de Chaves; ---

SEGUNDO OUTORGANTE: Município de Chaves, Número de Pessoa Colectiva n.º 501205551, aqui representado pelo Sr. João Gonçalves Martins Batista, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal de Chaves, sita na Praça de Camões, Freguesia de Santa Maria Maior, Concelho de Chaves; -----

Celebram o presente Contrato de Gestão e da Procuração pelas cláusulas que se seguem: -----

CLÁUSULA PRIMEIRA -----

O presente contrato tem por objectivo a cedência para o Município de Chaves, do usufruto do Prédio Rústico denominado de Val Sabugueiro, inscrito na matriz predial sob o artigo nº 1171 com a área total de 0,4820 ha, a confrontar a Norte com António Pão Araújo Herdeiros, a Nascente com caminho público, a Sul com António Pão Araújo Herdeiros e a Poente com Fazenda Nacional, com a composição de Mato. -----

CLÁUSULA SEGUNDA -----

O prédio rústico supra identificado destina-se à construção de um Ponto de Água, para reserva de água destinada ao abastecimento dos meios de combate aos incêndios florestais, ocupando uma área de aproximadamente 110m², e o primeiro outorgante permite ao segundo outorgante: -----

a) Apresentar junto do PRODER o ou os pedidos de apoio no âmbito da Subacção "Defesa da Floresta Contra Incêndios"; -----

b) Executar os investimentos nos termos do pedido aprovado pelo Gestor do PRODER e de acordo com o contrato de financiamento celebrado com o Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, I.P., (IFAP, I.P); -----

c) Receber do IFAP, I.P, nos termos do contrato de financiamento celebrado, os montantes dos apoios concedidos até ao final do contrato; -----

d) Requerer junto de entidades públicas e privadas os pareceres e licenças necessárias à execução da operação; -----

e) Total cumprimento das obrigações legais do promotor. -----

CLÁUSULA TERCEIRA -----

O presente contrato terá a duração de cinco anos a contar da data da sua celebração, podendo ser prorrogado por igual período se ambas as partes assim o entenderem. -----

O presente contrato de gestão, feito em dois exemplares, composto por duas páginas, vai ser assinado pelos dois Outorgantes. -----
Chaves, 26 de Abril de 2010. -----

O Primeiro Outorgante -----

(Sr. Álvaro Alves Ferreira, Presidente da junta de Freguesia de Soutelinho da Raia) -----

O Segundo Outorgante -----

(Dr. João Gonçalves Martins Batista, Presidente Municipio de Chaves)

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE OBRAS MUNICIPIAS AMBIENTE E SERVIÇOS URBANOS, ENG. ANTONIO CARNEIRO DE 2010-04-27 -----

Visto. Concordo com a proposta. A consideração do Sr. Presidente.---

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA DR. JOÃO BATISTA, DE 2010-04-27 -----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. Notifique-se. -----

6- DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E ABASTECIMENTO PÚBLICO

7- COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES

8- DEFESA DO MEIO AMBIENTE

9- CULTURA, DESPORTO E TEMPOS LIVRES

10- SEGURANÇA PÚBLICA

11- ILUMINAÇÃO PÚBLICA

12- TERMAS

13- ADMINISTRAÇÃO AUTÁRQUICA

**VIII
EXPROPRIAÇÕES**

1. EXECUÇÃO DA EMPREITADA DENOMINADA "RODOVIA DE ACESSO PRIORITÁRIO A24/HOSPITAL - LANÇO 1 (TROÇO 1 E 2) E RUA DA FONTE DO LEITE". -----

- 8ª RECTIFICAÇÃO À DELIBERAÇÃO DE 01/10/2009, QUE APROVOU A RESOLUÇÃO DE REQUERER A DECLARAÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA DA EXPROPRIAÇÃO. PROPOSTA Nº. 8/SCEAN/2010 -----

Foi presente a proposta identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - Antecedentes e Justificação. -----

1. Ao abrigo da competência que lhe está legalmente confiada pela alínea c), do nº 7, do artigo 64º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, o Executivo Camarário em sua reunião ordinária realizada no pretérito dia 01 de Outubro de 2009, deliberou tomar resolução de expropriar e requerer a *Declaração de Utilidade Pública*, para

efeitos de expropriação, das parcelas de terreno indispensáveis à concretização da obra **"Rodovia de Acesso Prioritário A24/Hospital - Lanço 1 (Troço 1 e 2) e Rua da Fonte do Leite"**, resolução que veio a ser rectificada por deliberações do mesmo Órgão nos pretéritos dias 16 de Novembro, 07 e 21 de Dezembro de 2009, 18 de Janeiro, 15 de Março, 12 e 19 de Abril de 2010, no sentido de proceder à alteração ao "Mapa da Expropriações" inicialmente aprovado. -----

2. Tais alterações foram motivadas por reacções protagonizadas por alguns dos expropriados, face às notificações da resolução de expropriar, efectuadas em cumprimento do disposto no nº5, do Artigo 10º do Código das Expropriações (C.E.), aprovado pela Lei nº 168/99, de 18 de Setembro e ulteriores alterações e, posteriormente, na sequência das notificações de que o respectivo pedido de Declaração de Utilidade Pública tinha sido enviado à Direcção-Geral das Autarquias Locais, onde foi registado com o nº 13.003.10/DMAJ, a fim de Sua Excelência o Secretário de Estado da Administração Local, praticar o respectivo Despacho a declarar a utilidade pública da expropriação, autorizando, simultaneamente, a posse administrativa das respectivas parcelas, veio um considerável número de proprietários manifestar a sua concordância com a aquisição das respectivas parcelas sem necessidade de recurso à declaração de utilidade pública da expropriação. -----

3. Neste contexto, vieram aos serviços municipais respectivos - Sector de Contratos, Expropriações e Apoio ao Notariado - os proprietários da Parcela número 12, participar em reuniões de trabalho, nas quais foram estabelecidas condições viabilizadoras da aquisição desta parcela, pela via do direito privado, as quais respeitam o critério balizado pelo perito oficial, no parecer que lhe foi, oportunamente, solicitado no âmbito do presente procedimento expropriativo, e que se traduzem no seguinte: -----

Parcela n.º	Proprietário(s)	Valor e condições da aquisição
12	Virgílio de Sousa Araújo e Paula Cristina de Moura Fernandes Araújo	<ul style="list-style-type: none"> - Aquisição da parcela pelo montante de € 270,00 - Reconstrução imediata do muro existente, com as mesmas características do anterior, a cargo do Município - Manutenção das infra-estruturas eléctricas e de telecomunicações, na presente localização, e permanecendo ininterruptamente em funcionamento - Manutenção do portão pequeno de acesso à habitação, com a presente localização - Transplante da oliveira existente no terreno, caso venha a ser necessário, a cargo do Município - Reembolso dos encargos com a autorização do credor hipotecário, mediante apresentação do respectivo recibo

4. Neste contexto, e pelas razões acima expostas, deverá ser rectificado o "Mapa de Expropriações", que instruiu a Proposta n.º 101/GAPV/09, devidamente sancionado pelo Executivo Camarário em sua reunião do passado dia 01/10/2009, e rectificado pelas deliberações

do mesmo órgão supra referidas, passando o mesmo a reflectir as alterações acima descritas, ou seja, que a citada parcela nº 12 deixe de constar do "Mapa de Expropriações", dado existirem condições viabilizadoras da aquisição da mesma, sem recurso à declaração de utilidade pública da expropriação. -----

II - Da Proposta em Sentido Estrito. -----

Assim, e tendo em linha de conta o disposto na alínea c), do nº 7, do artigo 64º, da Lei nº. 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, compete à Câmara Municipal, Órgão Executivo da Autarquia, propor, nos termos da lei, a declaração de utilidade pública, para efeitos de expropriação, e não sendo, tal competência, susceptível de delegação no Presidente da Câmara, tomamos a liberdade de sugerir que seja adoptada a seguinte estratégia procedimental: -----

a) Agendamento da presente proposta para a próxima reunião ordinária do Executivo Camarário para que, ao abrigo do disposto no Artigo 10º do Código das Expropriações, aprovado pela Lei nº. 168/99, de 18 de Setembro, seja rectificada a deliberação de 01 de Outubro de 2009, a qual determinou a resolução de expropriar enquanto acto preparatório indispensável à obtenção da declaração de utilidade pública com vista à expropriação das parcelas de terreno necessárias à execução da obra denominada "**Rodovia de Acesso Prioritário A24/Hospital - Lanço 1 (Troço 1 e 2) e Rua da Fonte do Leite**", anexando-se, para o efeito, novo "Mapa de Expropriações", devidamente rectificado, no que respeita à identificação das parcelas a expropriar; -----

b) Que seja autorizada a aquisição, pela via do direito privado, da parcelas nº 12, nas condições constantes do quadro sinóptico do nº3 antecedente, deixando as mesmas de constar do aludido mapa de expropriações, devendo o respectivo contrato - escritura - ser formalizado pelo Notário Privativo da Autarquia, em conformidade com o disposto no Artigo 875º do Código Civil, na redacção conferida pelo Decreto-Lei nº116/2008, de 4 de Julho, conjugado com o Artigo 11º do C.E., logo que se mostrem reunidas as condições jurídico administrativas necessárias para o efeito, ficando desde já legitimado o Presidente da Câmara ou o seu substituto legal a outorgar o respectivo contrato; -----

c) Por fim, caso a presente proposta venha a merecer acolhimento por parte do Executivo Camarário, deverá o Presidente da Câmara, em sede de execução de tal decisão, remeter a respectiva documentação à DGAL, de acordo com tal rectificação, com vista à prossecução da instrução do processo a requerer, ao respectivo membro do Governo, a obtenção da D.U.P. para as parcelas números 4, 5, 13, 48, 51, 53 e 56. -----

À consideração do Director de Departamento de Administração Geral, Dr. Marcelo Delgado. -----

Chaves, 28 de Abril de 2010. -----

A Técnica Superior -----

Cristina Rodrigues -----

Paulo Silva -----

Em Anexo: -----

- 1 Acordo de Aquisição Amigável. -----

- Mapa de expropriações e cabimento de verba rectificados. -----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO DE 2010.04.28. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a material. À consideração superior. -----

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CAMARA MUNICIPAL DE CHAVES, DR. JOAO BATISTA DE 2010.04.28 -----

À reunião de câmara -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

2. - EXECUÇÃO DA EMPREITADA DENOMINADA "PAVIMENTAÇÃO DA LIGAÇÃO DA A24/ALTO DA COCANHA". -----

- RECTIFICAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DE 06/08/2009, QUE ADOPTOU A RESOLUÇÃO DE REQUERER A UTILIDADE PÚBLICA DA EXPROPRIAÇÃO DAS PARCELAS DE TERRENO INDISPENSÁVEIS À CONCRETIZAÇÃO DO REFERIDO PROJECTO. PROPOSTA Nº 9/SCEAN/2010 -----

Foi presente a proposta identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - Antecedentes e Justificação. -----

1. Ao abrigo da competência que lhe está legalmente confiada pela alínea c), do nº 7, do artigo 64º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, o executivo camarário em sua reunião ordinária realizada no passado dia 06 de Agosto de 2009 deliberou tomar resolução de expropriar e requerer a *Declaração de Utilidade Pública*, para efeitos de expropriação, das parcelas de terreno indispensáveis à concretização da obra pública "**Pavimentação da Ligação da A24/Alto da Cocanha**", resolução que veio a ser rectificada por deliberação do mesmo órgão no pretérito dia 01 de Outubro de 2009, incluindo os elementos constantes das alíneas b), c) e d) do nº1 do Artigo 10º do Código das Expropriações, aprovado pela Lei nº 168/99, de 18 de Setembro e posteriores alterações, e que vieram a ser, também, espelhadas no respectivo "Mapa de Expropriações". -----

2. Tais alterações ficaram a dever-se ao facto de durante a execução do projecto da aludida empreitada, se ter constatado ser imprescindível a ocupação de mais quatro parcelas de terreno, de forma a assegurar-se a boa execução técnica da referida obra, sendo certo que, naquela data, somente três dessas parcelas se encontravam suficientemente identificadas, razão pela qual foram essas as parcelas aditadas ao aludido mapa inicial de expropriações. -----

3. Na presente data, este Município encontra-se, já, na posse de todos os elementos necessários à identificação quer da parcela em falta quer dos respectivos proprietários, assistindo-se, assim, à necessidade de proceder à rectificação da deliberação tomada pelo executivo camarário em sua reunião de 06 de Agosto de 2009, no sentido da resolução de expropriar vir a incidir, também, sobre a parcela de terreno ora em causa - parcela nº 5 -, necessária para a execução do citado projecto e que deverá, também, ser objecto do procedimento expropriativo, passando a constar do "Mapa de Expropriações" devidamente rectificado, documento cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, e que se anexa à presente Proposta, no qual se encontram mencionados os seguintes elementos, face ao Artigo 10º do Código das Expropriações, tidos como essenciais, a saber: -----

- a) Identificação dos bens a expropriar, com referência ao número atribuído às parcelas de terreno, área, respectiva situação por freguesia, inscrição matricial e descrição ou omissão na Conservatória; -----
- b) Identificação dos proprietários, pelo nome e morada; -----
- c) Estimativa dos encargos com a expropriação dos bens imóveis em causa; -----
- d) Previsão em instrumento de gestão territorial para os imóveis a expropriar e para a zona da sua localização. -----

II - Da Proposta em Sentido Estrito. -----

- Considerando os elementos fundamentadores anteriormente evidenciados, indissociáveis da determinação da causa de utilidade pública que está na génese da concretização do projecto/obra pública em questão, devidamente explicitados na Proposta N°72/GAPV/09, que se dão aqui por integralmente reproduzidos; -----

Assim, e tendo em linha de conta o disposto na alínea c), do n° 7, do artigo 64°, da Lei n°. 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n° 5-A/2002, de 11 de Janeiro, compete à Câmara Municipal, Órgão Executivo da Autarquia, propor, nos termos da lei, a declaração de utilidade pública, para efeitos de expropriação, e não sendo, tal competência, susceptível de delegação no Presidente da Câmara, tomamos a liberdade de sugerir que seja adoptada a seguinte estratégia procedimental: -----

a) Agendamento da presente proposta para a próxima reunião ordinária do Executivo Camarário para que, ao abrigo do disposto no Artigo 10° do Código das Expropriações, aprovado pela Lei n°. 168/99, de 18 de Setembro, seja adoptada resolução de requerer a declaração de utilidade pública da expropriação - D.U.P. -, enquanto acto preparatório indispensável à obtenção da D.U.P., junto do membro do governo competente, com vista à disponibilização de mais uma parcela de terreno, identificada com o números 5, necessária à execução da obra denominada "**Pavimentação da Ligação da A24/Alto da Cocanha**", anexando-se, para o efeito, o "mapa de expropriações", devidamente rectificado, com a identificação da mesma; -----

b) Caso a presente proposta venha a merecer acolhimento por parte do Executivo Camarário, deverá, o Presidente da Câmara, em sede de execução de tal decisão, notificar os respectivos interessados, por carta registada com aviso de recepção, da resolução de requerer a utilidade pública da expropriação, no cumprimento do disposto no n°. 5, do citado artigo 10°, do C.E., a qual deverá incluir proposta de aquisição, por via de direito privado, no valor expresso no mapa de expropriações supra citado. -----

À consideração do Director de Departamento de Administração Geral, Dr. Marcelo Delgado. -----

Chaves, 28 de Abril de 2010. -----

A Técnica Superior, -----

O Assistente Técnico, -----

Cristina Rodrigues -----

Paulo Silva -----

Em Anexo: - Mapa de Expropriações; -----

- Plantas Parcelares; -----

- Certidões prediais; -----

- Informação cabimento. -----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO DE 2010.04.28. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a material. À consideração superior. -----

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CAMARA MUNICIPAL DE CHAVES, DR. JOAO BATISTA DE 2010.04.28 -----

À reunião de câmara -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

IX

DIVISÃO DE ABASTECIMENTO PÚBLICO

X

DIVISÃO DE RECURSOS OPERACIONAIS

XI

FORNECIMENTOS/BENS E SERVIÇOS

1. FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES AOS ALUNOS DO 1º CICLO E DA EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR, PARA O ANO LECTIVO DE 2010/2011. CONCURSO PUBLICO Nº 4/SA/2010 -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----
Tornando-se necessário proceder à aquisição do serviço acima referido, de acordo com a informação nº 115/DED/2010 que se anexa, submete-se à consideração superior a presente proposta que visa o seguinte: -----

1. Escolha do tipo de procedimento -----

- Considerando que a estimativa global anual, do presente procedimento, é de 282.576,00 (duzentos e oitenta e dois mil quinhentos e setenta e seis euros); -----

- Considerando que o presente procedimento prevê nas suas peças a possibilidade de renovação para os anos lectivos subsequentes, num máximo de três renovações, perfazendo assim uma estimativa global de despesa para os três anos de 847.728,00 (oitocentos e quarenta e sete mil setecentos e vinte e oito euros). -----

- Considerando que, nos termos do disposto na alínea b) do nº1 do artigo 20º do Código dos Contratos Públicos (CCP), a escolha do Concurso Público permite a celebração de contratos de qualquer valor; -----

Assim, em cumprimento da alínea b) do nº1 do artigo 18º do Decreto-Lei nº 197/99 de 8 de Junho e nos termos do disposto nos artigos 36º e 38º do CCP, solicita-se autorização para aplicação do procedimento "Concurso Público com publicitação internacional", previsto na alínea b) do nº1 do artigo 20º do citado código, para adjudicação da prestação de serviço identificada em epígrafe. -----

Designação do júri -----

Tornando-se necessário, nos termos do artigo 67º do CCP, proceder à nomeação do júri a quem compete a realização de todas as operações do procedimento, submete-se à consideração superior a seguinte proposta de constituição: -----

- Membros efectivos: -----
- Presidente: Dr. Marcelo Delgado, Director do Departamento de Administração Geral; -----
- 1º Membro Efectivo: Dr. António Ramos, Director do Departamento Sócio-Cultural; -----
- 2º Membro Efectivo: Dr.ª Lúcia Pinto, Chefe da Divisão de Educação e Desporto. -----
- O primeiro membro efectivo substituirá o presidente nas suas faltas e impedimentos. -----
- Membros suplentes: -----
- 1º Membro Suplente: Dr.ª Márcia Santos, Chefe da Divisão de Gestão Financeira, Económica e Patrimonial; -----
- 2º Membro Suplente: José Carlos Silva, Coordenador Técnico. -----

2. Delegação de competências -----

Nos termos do disposto no nº1 do artigo 109º do CCP, sugere-se que as competências atribuídas ao órgão competente para a decisão de contratar possam ser delegadas no júri, sem prejuízo do disposto na parte final no nº2 do artigo 69º do mesmo Código. -----

3. Aprovação do processo de procedimento -----

Para efeitos de aprovação, e no cumprimento do exposto na alínea b) do nº1 e nº2 do artigo 40º do CCP, acompanham a presente proposta o caderno de encargos e o programa de procedimento. -----

Chaves, 26 de Abril de 2010 -----

A Coordenadora Técnica -----

(Susana Borges) -----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO DE 2010.04.28. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a material. À consideração superior. -----

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CAMARA MUNICIPAL DE CHAVES, DR. JOAO BATISTA DE 2010.04.28 -----

À reunião de câmara -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

2. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE TERRESTRE DE ALUNOS, EM CIRCUITOS ESPECIAIS PARA O ANO LECTIVO DE 2010/2011. CONCURSO PUBLICO Nº 5/SA/2010 -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

Tornando-se necessário proceder à aquisição do serviço acima referido, de acordo com a informação nº 120/DED/2010 que se anexa, submete-se à consideração superior a presente proposta que visa o seguinte: -----

1. Escolha do tipo de procedimento -----

- Considerando que a estimativa global para o ano lectivo de 2010/2011, do presente procedimento, é de 344.000,00 (trezentos e quarenta e quatro mil euros); -----

- Considerando que, nos termos do disposto na alínea b) do nº1 do artigo 20º do Código dos Contratos Públicos (CCP), a escolha do Concurso Público permite a celebração de contratos de qualquer valor; -----

Assim, em cumprimento da alínea b) do nº1 do artigo 18º do Decreto-Lei nº 197/99 de 8 de Junho e nos termos do disposto nos artigos 36º e 38º do CCP, solicita-se autorização para aplicação do procedimento "Concurso Público", previsto na alínea b) do nº1 do artigo 20º do citado código, para adjudicação da prestação de serviço identificada em epígrafe. -----

2. Designação do júri -----

Tornando-se necessário, nos termos do artigo 67º do CCP, proceder à nomeação do júri a quem compete a realização de todas as operações do procedimento, submete-se à consideração superior a seguinte proposta de constituição: -----

- Membros efectivos: -----
- Presidente: Dr. Marcelo Delgado, Director do Departamento de Administração Geral; -----
- 1º Membro Efectivo: Dr. António Ramos, Director do Departamento Sócio-Cultural; -----
- 2º Membro Efectivo: Dr.ª Lúcia Pinto, Chefe da Divisão de Educação e Desporto. -----

O primeiro membro efectivo substituirá o presidente nas suas faltas e impedimentos. -----

- Membros suplentes: -----
- 1º Membro Suplente: Dr.ª Márcia Santos, Chefe da Divisão de Gestão Financeira, Económica e Patrimonial; -----
- 2º Membro Suplente: Dr.ª Tânia Oliveira, Técnica Superior. -----

3. Delegação de competências -----

Nos termos do disposto no nº1 do artigo 109º do CCP, sugere-se que as competências atribuídas ao órgão competente para a decisão de contratar possam ser delegadas no júri, sem prejuízo do disposto na parte final no nº2 do artigo 69º do mesmo Código. -----

4. Aprovação do processo de procedimento -----

Para efeitos de aprovação, e no cumprimento do exposto na alínea b) do nº1 e nº2 do artigo 40º do CCP, acompanham a presente proposta o caderno de encargos e o programa de procedimento. -----

Chaves, 26 de Abril de 2010 -----

A Coordenadora Técnica -----

(Susana Borges) -----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO DE 2010.04.28. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a material. À consideração superior. -----

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CAMARA MUNICIPAL DE CHAVES, DR. JOAO BATISTA DE 2010.04.28 -----

À reunião de câmara -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

XII EMPRESAS MUNICIPAIS

XIII ADMINISTRAÇÃO AUTÁRQUICA

1- GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS**2- GESTÃO FINANCEIRA E PATRIMONIAL****XIV
DIVERSOS****1. PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DO MERCADO MUNICIPAL DE CHAVES. INFORMAÇÃO N. 39/DDE/2010 -----**

Foi presente a proposta identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

I- Da Justificação -----

Com é do conhecimento superior, a quando da elaboração do Projecto de Regulamento do Mercado de Chaves por lapso dos serviços não foi enquadrado o Mercado Municipal de Vidago. -----

Considerando que se torna urgente e necessária a sua integração no rectrocitado Regulamento do Mercado Municipal de Chaves -----

Considerando que para fazer face às várias situações que surgem no dia-a-dia do funcionamento do Mercado de Vidago, pelo que se torna necessário e urgente o seu enquadramento no referido Regulamento do Mercado Municipal de Chaves. -----

II - da Proposta em sentido restrito -----

Assim de acordo com as razões de facto e de direito acima enumerados, tomo a liberdade de sugerir ao Executivo Municipal a aprovação da seguinte proposta -----

a) Que ao abrigo do disposto na alínea a), do nº 2 do art.º. 53, da lei nº 169/99 de 18 de Setembro com as alterações introduzidas pela lei nº 5 -A/2002 de 11 de Janeiro, seja aprovada pelo Executivo Municipal, a proposta de Alteração ao Regulamento do Mercado Municipal de Chaves em vigor no Concelho de Chaves, nos precisos termos do documento apresentado sob a forma de anexo à presente proposta; -----

b) Alcançado tal desiderato deverá à presente Proposta de Alteração, documento cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, ser agendado para uma próxima sessão da Assembleia Municipal, a realizar no próximo mês de Junho para ulterior sancionamento do aludido órgão deliberativo da autarquia no comprimento do disposto na alínea e) do nº. 2 do art.º. 53 da lei 169/99 de 18 de Dezembro e ulteriores alterações; -----

c) Por último, que se proceda à publicação da alteração do Regulamento do Mercado Municipal de Chaves, em vigor neste Concelho no comprimento do art.º. 91 da Lei 169/99 de 18 de Setembro e ulteriores alterações ou seja através de Edital afixado nos lugares destilo durante cinco a dez dias subsequentes à tomada de decisão, bem como, em Boletim da Autarquia e no Jornal Regional da área do Município. -----

O Chefe Divisão -----

Dr.Sotero Palavras -----

Em anexo: a presente proposta de alteração -----

Capitulo I -----

Art.º.1 -----

Âmbito da Aplicação -----
 O Presente Regulamento estabelece as normas disciplinares de
 organização, funcionamento e condições de utilização do Mercado
 Municipal de Chaves e da Vila de Vidago. -----

Anexo I -----

A que se refere o art.º 4º -----

Mercado de Chaves -----

1. Lojas -----

a) (...) -----

b) (...) -----

2. Bancas -----

Mercado de Vidago -----

3. Lojas com porta para o exterior -----

a) -----

loja nº 1	Talho
loja nº 2/3	Frutaria
loja nº 4	Diversos Ramos
loja nº 5	Diversos Ramos
loja nº 6	Diversos Ramos
loja nº 7	Talho
loja nº 8	Peixaria

e) Lojas com porta para o exterior

loja nº 9	Peixaria
loja nº 10	Peixaria
loja nº 11	Diversos Ramos
loja nº 12	Diversos Ramos
loja nº 13	Diversos Ramos
loja nº 14	Diversos Ramos
loja nº 15	Diversos Ramos

Anexo II -----

A que se refere o nº 3 do art.º 10º -----

Mercado de Vidago -----

a) Lojas de 1 a 8 -----

Base Licitação ----- 2.664,00 € -----

Lanço mínimo ----- 250,00 € -----

b) Lojas de 9 a 15 -----

Base Licitação ----- 2.132,00 € -----

Lanço mínimo ----- 200,00 € -----

Chefe de Divisão -----

Sotero Palavras -----

**DESPACHO DO VEREADOR RESPONSÁVEL PELA RESPECTIVA AREA DE INTERVENÇÃO
 MUNICIPAL, DR. PAULO ALVES, DE 2010.04.20. -----**

Visto. Concorde. À reunião de câmara para deliberação. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar
 a referida proposta. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma.

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a acta sob a
 forma de minuta, nos precisos termos do disposto no artigo 92, da
 Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro e ulteriores alterações, com vista
 à sua excecutoriedade imediata. -----

E nada mais havendo a tratar o Presidente deu como encerrada a reunião quando eram quinze horas e cinquenta minutos, para constar se lavrou a presente acta, e eu, Marcelo Caetano Martins Delgado, redigi e vou assinar, junto do Presidente. -----
